

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

2009 - 2013



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

2009 - 2013



Poder Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Joaquim Barbosa
Corregedor Nacional de Justiça Ministro Francisco Falcão

Conselheiros Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ana Maria Duarte Amarante Brito
Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Flavio Portinho Sirangelo
Deborah Ciocci
Saulo Casali Bahia
Rubens Curado Silveira
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Gilberto Valente Martins
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira
Gisela Gondin Ramos
Emmanoel Campelo de Souza Pereira
Fabiano Augusto Martins Silveira

Secretário-Geral Adjunto Juiz Marivaldo Dantas de Araújo
Diretor-Geral Sérgio José Américo Pedreira

EXPEDIENTE

Organização Departamento de Gestão Estratégica – DGE
Diretor Ivan Gomes Bonifácio

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação Social Cintia Lima
Projeto gráfico Divanir Junior
Projeto gráfico Eron Castro
Capa Leandro Luna
Revisão Carmem Menezes

2014

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

SUMÁRIO

9 RESUMO EXECUTIVO

METAS 2013

56 META 1 DE 2013

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

58 META 2 DE 2013

Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

60 META 3 DE 2013

Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias.

60 META 4 DE 2013

Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias.

61 META 5 DE 2013

Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012

61 META 6 DE 2013

Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.

62 META 7 DE 2013

Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Eleitoral.

62 META 8 DE 2013

Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral.

63 META 9 DE 2013

Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

63 META 10 DE 2013

Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

64 META 11 DE 2013

Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

64 META 12 DE 2013

Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal.

65 META 13 DE 2013

Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

66 META 14 DE 2013

Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.

67 META 15 DE 2013

Desenvolvimento do sistema de gestão eletrônica de processos, documentos, arquivos e informação (fase 3) – prontificar a modelagem de processos de negócio atuais.

68 META 16 DE 2013

Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.

70 META 17 DE 2013

Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

72 META 18 DE 2013

Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011.

74 META 19 DE 2013

Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar Estaduais, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais e Conselhos de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI.

METAS 2012

76 META 2 DE 2012

Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, de 2008 a 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual.

78 META 3 DE 2012

Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de Justiça.

80 META 4 DE 2012

Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.

82 META 5 DE 2012

Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.

84 META 6 DE 2012

Implantar sistema de videoconferência em, pelo menos, uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça.

84 META 8 DE 2012

Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas.

85 META 9 DE 2012

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau.

85 META 19 DE 2012

Desenvolver normas e políticas de gestão documental para a Justiça Militar da União.

METAS 2011

88 META 1 DE 2011

Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

90 META 2 DE 2011

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

92 META 4 DE 2011

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

94 META 5 DE 2011

Criar um núcleo de apoio de execução.

94 META 8 DE 2011

Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.

METAS 2010

96 META 2 DE 2010

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

98 META 3 DE 2010 – NÃO FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

100 META 3 DE 2010 – FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

102 META 4 DE 2010

Lavar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

104 META 5 DE 2010

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

106 META 7 DE 2010

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

108 META 8 DE 2010

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância.

METAS 2009

112 META 2 DE 2009

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

115 RELATÓRIOS DETALHADOS

Resumo Executivo

O presente relatório revela o resultado final do esforço dos tribunais brasileiros no cumprimento das Metas do período de 2009 a 2013. Os números aqui expostos referem-se a dados lançados pelos próprios órgãos da justiça em sistema eletrônico disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) até o dia 30 de janeiro de 2014.

As metas nacionais foram criadas pela Resolução CNJ n. 70, de março de 2009, que definiu o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário. O objetivo foi estabelecer compromisso nacional para o fortalecimento da proteção dos direitos fundamentais e para o desenvolvimento de uma sociedade livre, justa e solidária.

Foram prioridades, nesse período, o aumento da produtividade judicial, a adoção de soluções alternativas de conflitos, a realização de iniciativas para melhoria do sistema criminal, a busca pela razoável duração dos litígios judiciais e a solução célere dos processos relativos a crimes contra a administração e o patrimônio público e as ações de improbidade administrativa. Para dar conta desses desafios, os órgãos do Judiciário procuraram se modernizar, definindo, também, metas para a melhoria de seus processos de trabalho, implantando o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e realizando iniciativas para melhoria da qualidade de vida e de saúde ocupacional dos servidores e magistrados.

Produtividade

Os dados relativos à produtividade foram auferidos por meio da Meta 1 de 2010, da Meta 3 de 2011, da Meta 1 de 2012 e da Meta 1 de 2013. O intuito é julgar quantidade maior de processos que os distribuídos no ano corrente. Devido à extrema importância para a eficácia dos serviços jurisdicionais, essa meta terá o monitoramento contínuo até 2020.

O acompanhamento dessa meta, de 2010 até 2013, no panorama nacional, demonstrou aumento de 13,42% na distribuição de processos na fase de conhecimento, de 17.140.203 para 19.440.273, bem como aumento de 9,94% nas decisões tendentes a pôr fim no processo, de 16.150.882 para 17.756.211. Observa-se que, apesar da melhora na capacidade de os magistrados julgarem, o aumento da demanda foi maior em 3,5% (tabela 1).

No período de 2010 a 2013 o acervo de processos não julgados superou os 6 milhões, o que corresponde a 8,2% dos 75.317.763 processos distribuídos no referido período.

Tabela 1 – Panorama Nacional

	2010	2011	2012	2013	SOMA
Distribuído Não criminal	14631920	15429283	17632396	16976091	64669690
Julgado Não criminal	13970465	14437823	16121767	15645518	60175573
% cumprimento Não criminal	95,48%	93,57%	91,43%	92,16%	93,05%
Distribuído Criminal	2508283	2732053	2943555	2464182	10648073
Julgado Criminal	2180417	2273105	2406437	2110693	8970652
% cumprimento Criminal	86,93%	83,20%	81,75%	85,65%	84,25%
Distribuído Ambos	17140203	18161336	20575951	19440273	75317763
Julgado Ambos	16150882	16710928	18528204	17756211	69146225
% cumprimento Ambos	94,23%	92,01%	90,05%	91,34%	91,81%

Esse aumento no panorama nacional deve-se ao aumento de 16,02% que ocorreu na distribuição e de 11,99% no julgamento de processos não criminais, ou seja, de

14.631.920 distribuídos para 16.976.091 e de 13.970.465 julgados para 15.645.518, respectivamente (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – panorama nacional – criminal e não criminal

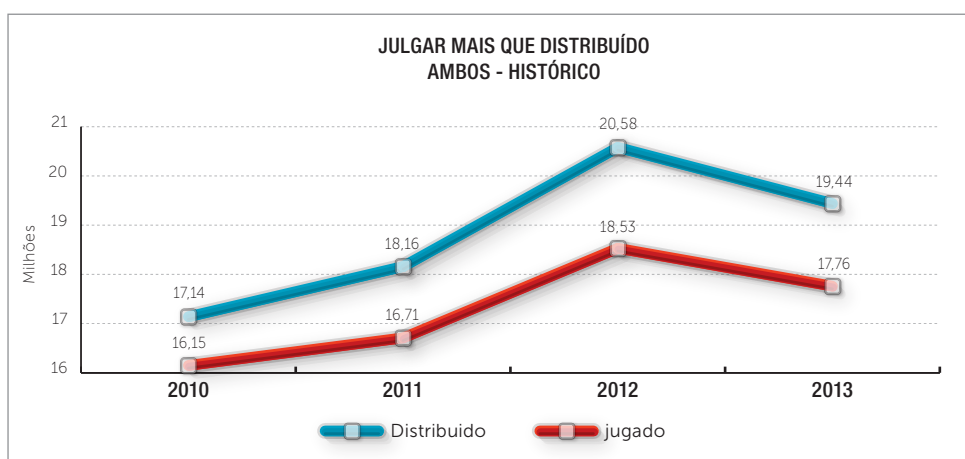
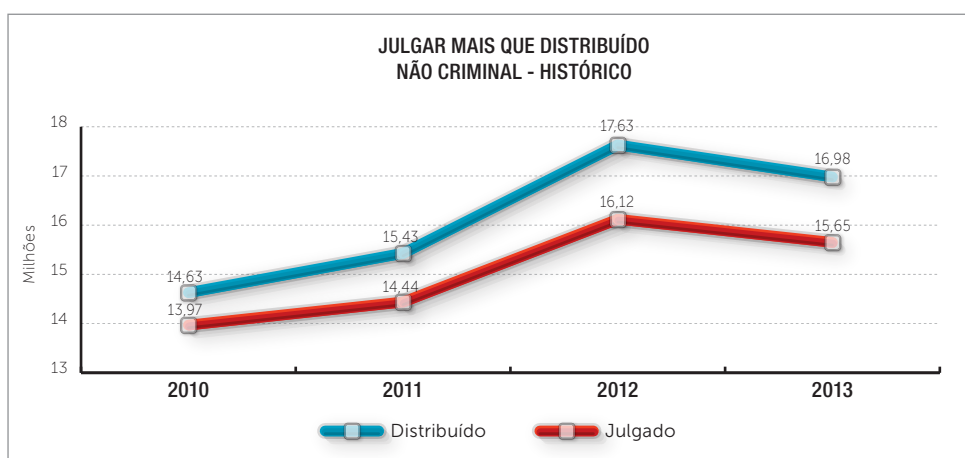
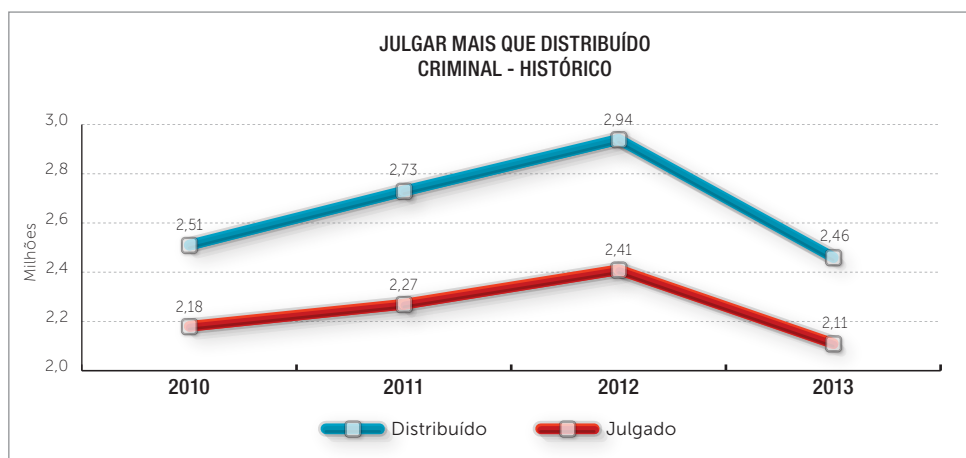


Gráfico 2 – panorama nacional – não criminal



Quanto aos processos criminais, houve diminuição de 1,76% nos distribuídos e de 3,20% nos julgados, quer dizer, de 2.508.283 para 2.464.182 e de 2.180.417 para 2.110.693 milhões, respectivamente (gráfico 3).

Gráfico 3 – panorama nacional criminal



A avaliação do percentual de processos distribuídos e julgados por segmento demonstra que o aumento ocorrido no panorama nacional se deve ao aumento de distribuídos e julgados na Justiça do Trabalho no período de 2010 a 2013. Nesse segmento, apesar de se cuidar apenas de processos não criminais, o aumento de distribuídos foi de 22,34%, de 2.558.378 para 3.129.801, e o de julgados foi de 20,12%, de 2.561.984 para 3.077.580 (tabela 2).

Tabela 2 – Variação do percentual 2010 - 2013

Variação do percentual de processos distribuídos e julgados - Trabalho		
	DISTRIBUÍDO	JULGADO
Aumento % 2010-2011	-3,72%	-2,95%
Aumento % 2011-2012	280,95%	284,62%
Aumento % 2010-2012	266,77%	273,26%
Aumento % 2012-2013	-100,00%	-100,00%
Aumento % 2010-2013	-100,00%	-100,00%

Na Justiça Estadual, no período de 2010 a 2013, o aumento de distribuídos foi de 11,81%, de 11.611.792 para 12.983.101, e o de julgados foi de 6,79%, de 10.654.808

para 11.378.027. Tal resultado deve-se ao aumento de 15,13% na distribuição e de 9,27% no julgamento de processos não criminais, de 9.245.676 para 10.644.099 e de 8.591.454 para 9.387.564, respectivamente. Quanto aos processos criminais, houve redução de 1,15% na distribuição e de 3,53% no julgamento, de 2.366.116 para 2.669.002 e de 2.063.354 para 1.990.463, respectivamente (tabela 3).

Tabela 3 – Variação do percentual 2010 - 2013

Variação do percentual de processos distribuídos e julgados - Estadual						
	DISTRIBUÍDO NÃO CRIMINAL	JULGADO NÃO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO CRIMINAL	JULGADO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO AMBOS	JULGADO AMBOS
Aumento % 2010-2011	6,56%	2,86%	9,41%	4,77%	7,14%	3,23%
Aumento % 2011-2012	10,02%	11,26%	8,22%	5,50%	9,64%	10,12%
Aumento % 2010-2012	17,23%	14,44%	18,40%	10,53%	17,47%	13,68%
Aumento % 2012-2013	-1,80%	-4,52%	-16,51%	-12,72%	-4,82%	-6,06%
Aumento % 2010-2013	15,13%	9,27%	-1,15%	-3,53%	11,81%	6,79%

Na Justiça Federal, no período de 2010 a 2013, houve aumento de apenas 1,78% no quantitativo de processos distribuídos, de 2.373.958 para 2.405.685, bem como de 1,34% no de julgados, de 2.373.958 para 2.40.685. Quanto aos processos não criminais, constatou-se aumento de 2,87% no quantitativo de distribuídos, de 2.393.135 para 2.461.852, bem como de 1,54% no de julgados, de 2.320.081 para 2.355.706, sendo que, com relação aos processos criminais, houve significativa diminuição de 29,68% na distribuição, de 83.131 para 58.459, bem como de 7,23% no julgamento, de 53.877 para 49.979 (tabela 4).

Tabela 4 – variação do percentual 2010-2013

Variação do percentual de processos distribuídos e julgados - Federal						
	DISTRIBUÍDO NÃO CRIMINAL	JULGADO NÃO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO CRIMINAL	JULGADO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO AMBOS	JULGADO AMBOS
Aumento % 2010-2011	1,67%	6,69%	-7,34%	-6,07%	1,37%	6,40%
Aumento % 2011-2012	1,27%	-4,05%	-5,87%	12,41%	1,05%	-3,72%
Aumento % 2010-2012	2,96%	2,37%	-12,79%	5,58%	2,43%	2,44%
Aumento % 2012-2013	-0,09%	-0,81%	-19,37%	-12,14%	-0,64%	-1,08%
Aumento % 2010-2013	2,87%	1,54%	-29,68%	-7,23%	1,78%	1,34%

Nos tribunais superiores, no período de 2010 a 2013, apesar de o percentual de 16,03% processos julgados, de 418.590 para 485.686, estar acima da média do panorama nacional, o aumento do quantitativo de distribuídos foi o segundo maior do segmento, alcançando 46,23%, de 371.472 para 543.205 (tabela 5).

Tabela 5 – variação do percentual 2010-2013

Variação do percentual de processos distribuídos e julgados - Tribunais Superiores						
	DISTRIBUÍDO NÃO CRIMINAL	JULGADO NÃO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO CRIMINAL	JULGADO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO AMBOS	JULGADO AMBOS
Aumento % 2010-2011	14,45%	1,12%	19,60%	-3,62%	15,13%	0,50%
Aumento % 2011-2012	18,33%	13,69%	-6,32%	9,75%	14,92%	13,20%
Aumento % 2010-2012	35,42%	14,96%	12,05%	5,78%	32,31%	13,77%
Aumento % 2012-2013	11,19%	1,50%	5,23%	5,52%	10,52%	1,98%
Aumento % 2010-2013	50,58%	16,69%	17,91%	11,62%	46,23%	16,03%

Na Justiça Eleitoral, houve variação muito grande entre aumento e diminuição dos distribuídos e julgados no período de 2010 a 2013, talvez devido às eleições de 2012. Os percentuais de distribuídos e de julgados foram os maiores de todos os segmentos, sendo 121,38%, de 117.029 para 259.080, e 195,59%, de 136.592 para 403.747, respectivamente (tabela 6).

Tabela 6 – variação do percentual 2010-2013

Variação do percentual de processos distribuídos e julgados - Eleitoral						
	DISTRIBUÍDO NÃO CRIMINAL	JULGADO NÃO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO CRIMINAL	JULGADO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO AMBOS	JULGADO AMBOS
Aumento % 2010-2011	-11,39%	-16,72%	-18,96%	6,32%	-11,82%	-15,70%
Aumento % 2011-2012	910,81%	522,96%	129,87%	44,99%	870,02%	496,34%
Aumento % 2010-2012	795,65%	418,80%	86,29%	54,14%	755,34%	402,69%
Aumento % 2012-2013	-74,39%	-41,39%	-52,61%	-27,35%	-74,12%	-41,20%
Aumento % 2010-2013	129,40%	204,07%	-11,71%	11,99%	121,38%	195,59%

A Justiça Militar Estadual foi o único segmento em que houve diminuição da distribuição entre 2010 e 2013, no total de 9,32%, de 5.266 para 4.775. O quantitativo de julgamento aumentou em 10,83%, de 4.950 para 5.486 (tabela 7).

Tabela 7 – variação do percentual 2010-2013

Variação do percentual de processos distribuídos e julgados - Militar						
	DISTRIBUÍDO NÃO CRIMINAL	JULGADO NÃO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO CRIMINAL	JULGADO CRIMINAL	DISTRIBUÍDO AMBOS	JULGADO AMBOS
Aumento % 2010-2011	34,11%	60,16%	-38,32%	-30,59%	-5,70%	7,66%
Aumento % 2011-2012	-3,18%	13,35%	3,14%	11,07%	-0,91%	12,50%
Aumento % 2010-2012	29,85%	81,54%	-36,39%	-22,91%	-6,55%	21,11%
Aumento % 2012-2013	-25,97%	-31,66%	35,52%	31,25%	-2,97%	-8,49%
Aumento % 2010-2013	-3,88%	24,07%	-13,79%	1,19%	-9,32%	10,83%

A Meta 1 de 2013  foi cumprida pela Justiça Estadual e pela Militar Estadual. Na Justiça do Trabalho, a meta foi cumprida por 8 tribunais; na Justiça Estadual, por 6 tribunais; e na Justiça Federal, por 1 tribunal.

Celeridade

Visa à agilidade da prestação jurisdicional, de modo a garantir tramitação dos processos em tempo razoável, com segurança jurídica e efetividade dos provimentos judiciais. O intuito é reduzir o estoque de processos com tramitação em tempo razoável.

A celeridade foi acompanhada por meio da Meta 2. Essa meta foi estabelecida em 2009, com o objetivo de acelerar a solução dos processos pendentes de julgamento distribuídos até 31/12/2005. A Meta 2 também foi definida para os anos de 2010, 2012 e 2013, quando foi definido, para cada segmento de justiça, período de tramitação a partir do qual os tribunais deveriam adotar medidas que levassem à solução de determinado percentual do passivo do referido período de tramitação.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2007; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008. 📄

Foram cumpridas a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 124,1% e 123,9%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 e a Meta 2 de 2010 evoluíram ao longo dos anos de 84% para 96% e de 66% para 95%, respectivamente (gráficos 4 e 5).

Gráfico 4 – % cumprimento 2013

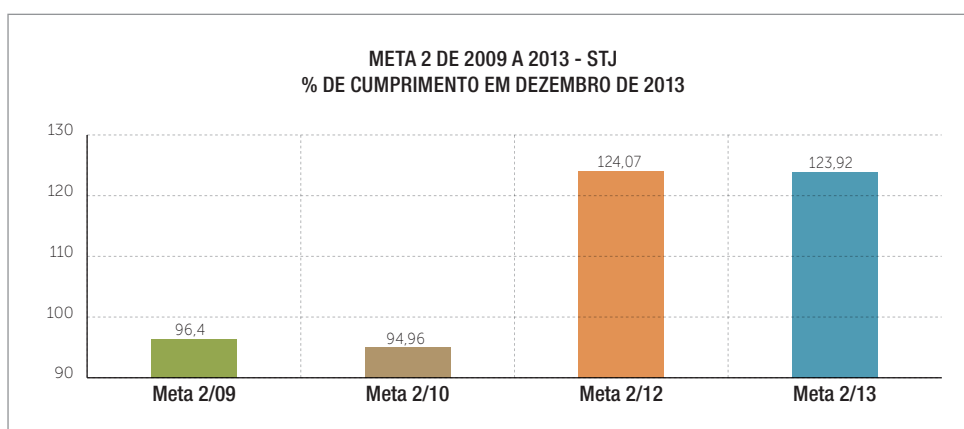
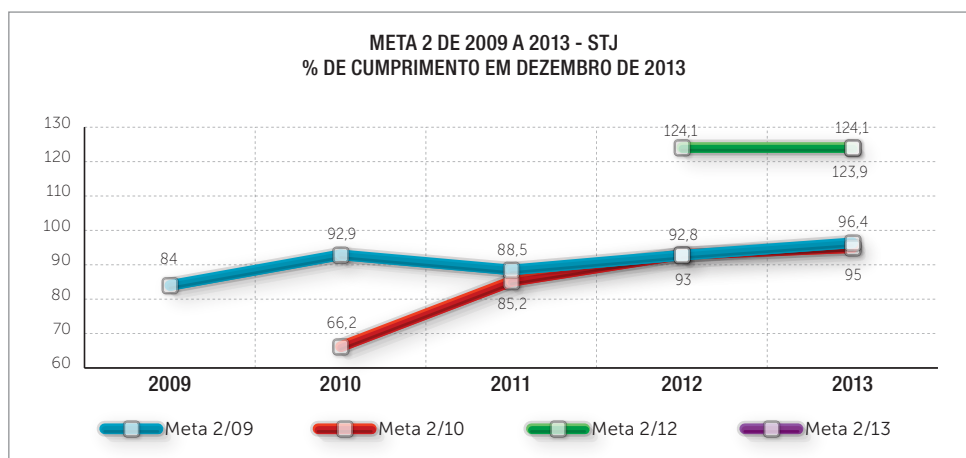
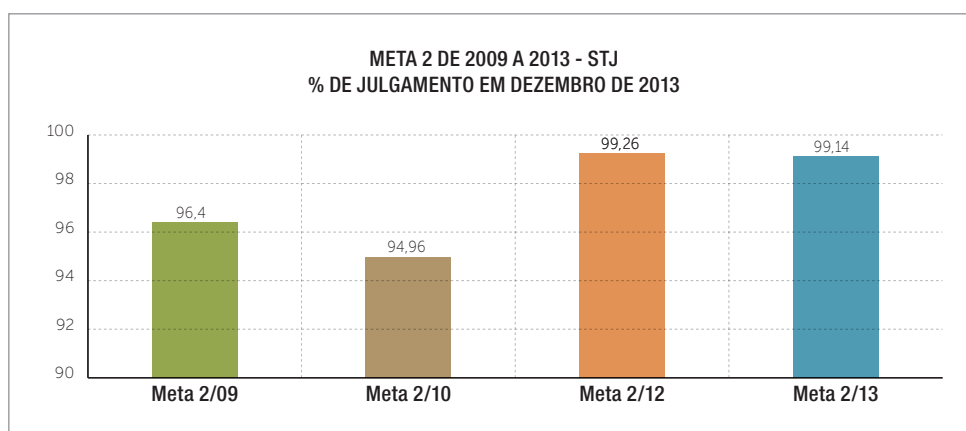


Gráfico 5 – % cumprimento 2010-2013



O STJ tem diminuído significativamente o estoque de processos antigos referentes à Meta 2 de 2012 e à Meta 2 de 2013. Quanto aos processos da Meta 2 de 2009 e da Meta 2 de 2010, restam pendentes apenas 3,6% e 5%, respectivamente (gráfico 6).

Gráfico 6 – percentual de julgamento 2013



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST)

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006 e 2007; 
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008; 
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2009. 

Foram cumpridas a Meta 2 de 2010, a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 100%, 124,3% e 115,2%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 apresentou dados inconsistentes DI a partir de 2010, com cumprimento acima de 100%, o que não é possível (gráficos 7 e 8).

Gráfico 7 – percentual de cumprimento 2013

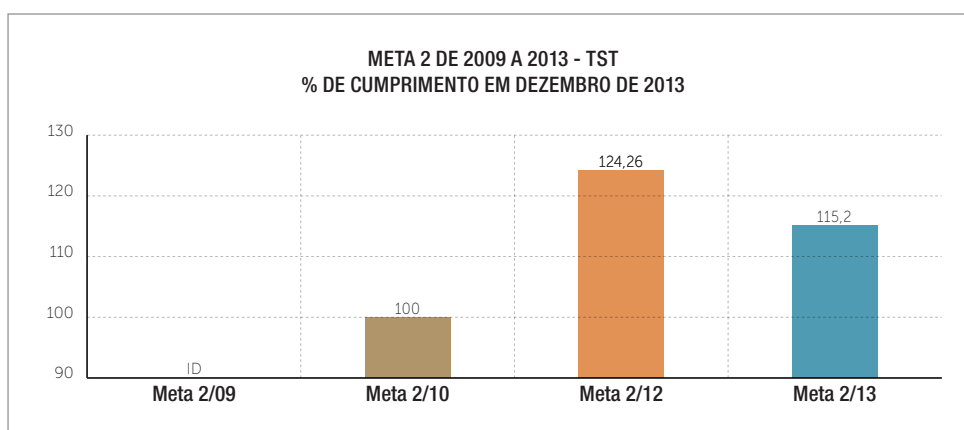
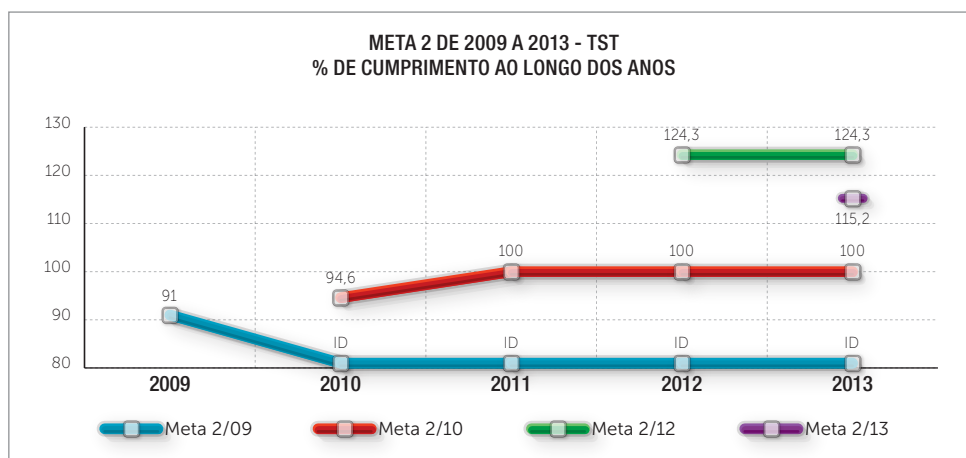
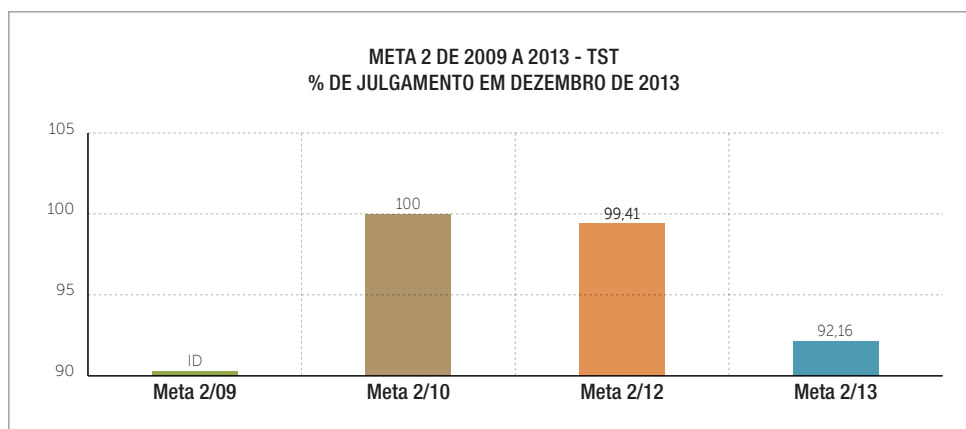


Gráfico 8 – percentual de cumprimento 2010-2013



O TST julgou todos os processos da Meta 2 de 2010 e praticamente todos da Meta 2 de 2012. Quanto à Meta 2 de 2013, restam pendentes 7,8% dos processos para serem julgados (gráfico 9).

Gráfico 9 – percentual de julgamento 2013



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006 e 2007; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 70% dos processos distribuídos em 2008 e 2009; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 70% dos processos distribuídos em 2010 e 2011. 📄

Foram cumpridas a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 142,39% e 137,98%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 envolveu de 100% para 62,5%, enquanto a Meta 2 de 2010 evoluiu de 96,4% para 137,98% (gráficos 10 e 11).

Gráfico 10 – percentual de cumprimento 2013

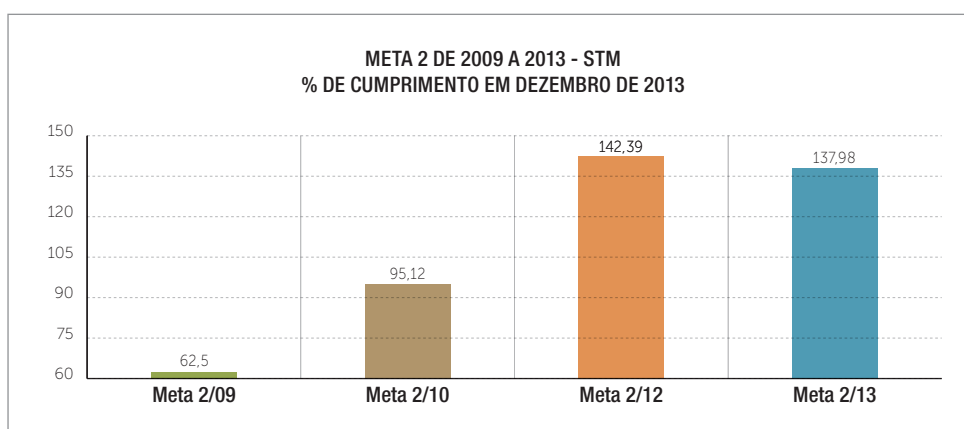
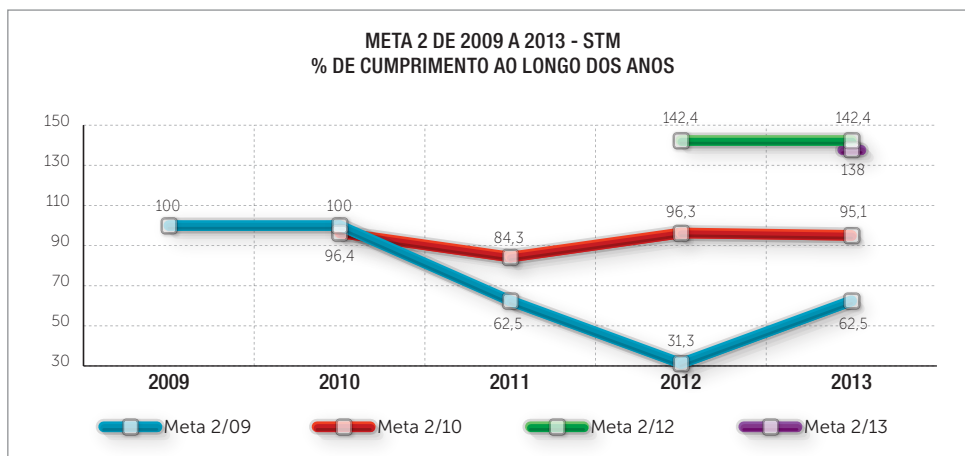
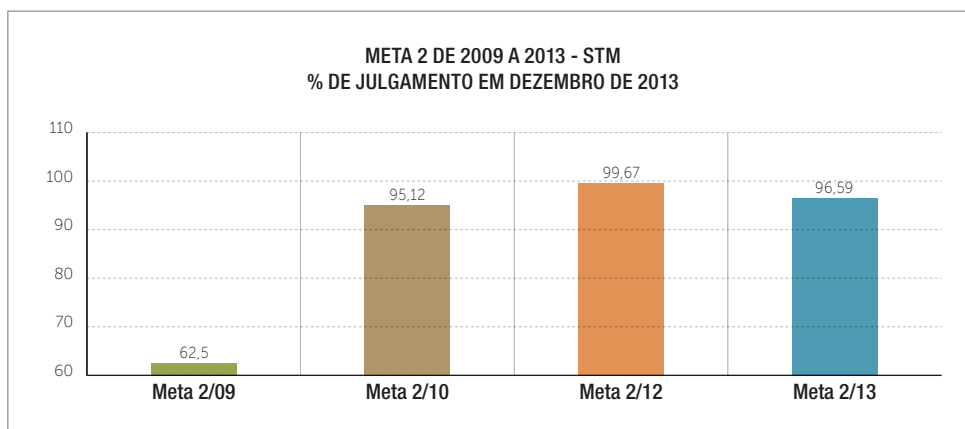


Gráfico 11 – percentual de cumprimento 2010-2013



O STM tem reduzido bem o quantitativo de processos antigos, com exceção dos processos anteriores a 2005, referentes à Meta 2 de 2009 (gráfico 12).

Gráfico 12 – percentual de julgamento 2013



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006 e 2007; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2008 e 2009; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2010. 📄

A Meta 2 de 2009 foi alcançada em 99,2%, com dados lançados somente até 2010. Para a Meta 2 de 2010, a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 não foram lançados dados (gráficos 13 e 14).

Gráfico 13 – percentual de cumprimento 2013

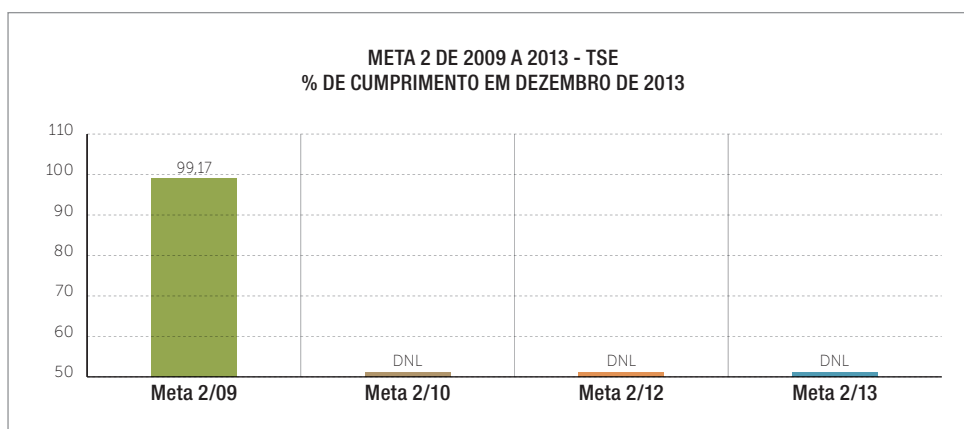
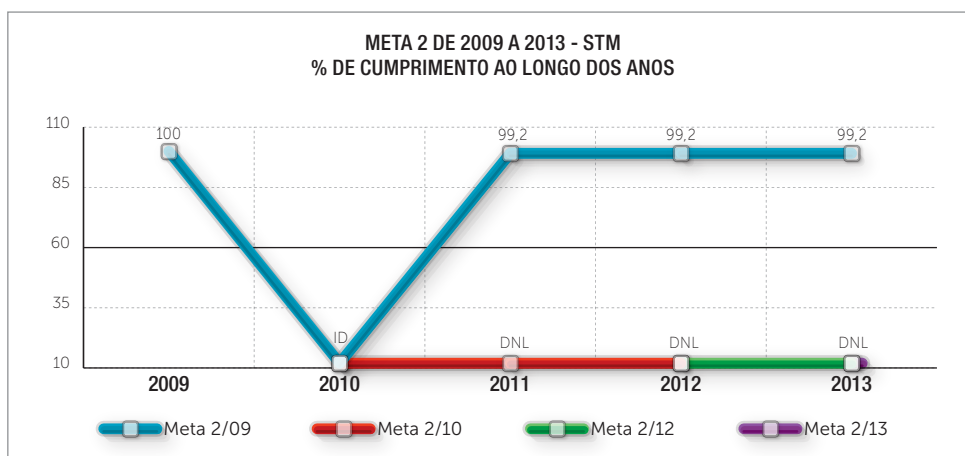


Gráfico 14 – percentual de cumprimento 2010-2013



JUSTIÇA FEDERAL

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006, no primeiro e segundo grau, e em 2006 e 2007 no Tribunal do Júri; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2007 e pelo menos 50% dos distribuídos de 2007 a 2009 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2008 e pelo menos 50% dos distribuídos em 2010 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais. 📄

Foram cumpridas a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 193,15% e 189,57%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 e a Meta 2 de 2010 evoluíram ao longo dos anos de 64% para 98,89% e de 55,9% para 94,29%, respectivamente (gráficos 15 e 16).

Gráfico 15 – percentual de cumprimento 2013

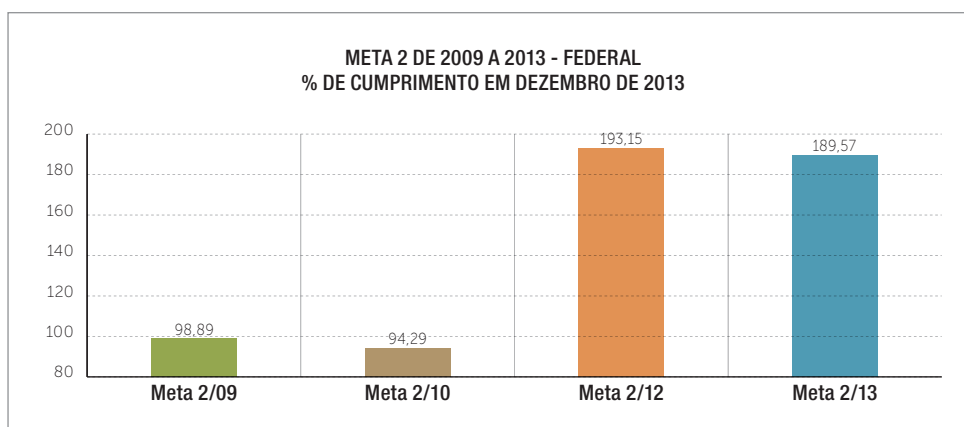
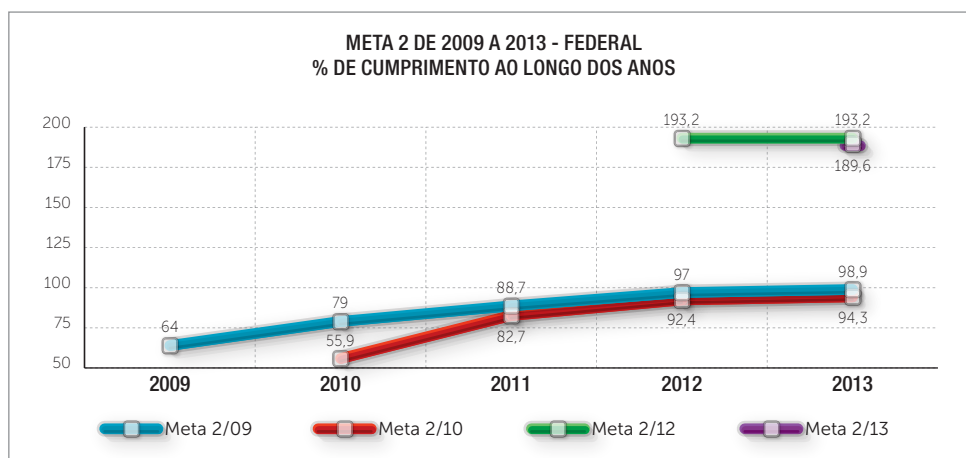
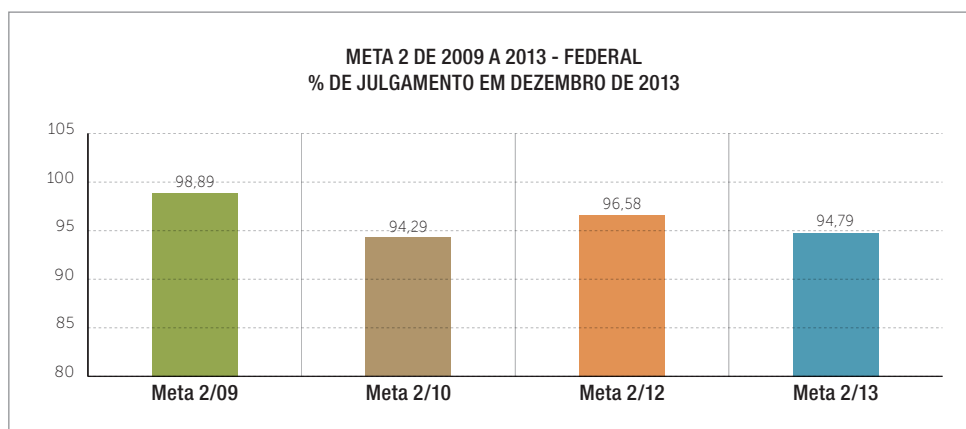


Gráfico 16 – percentual de cumprimento 2010-2013



A Justiça Federal praticamente julgou todos os processos distribuídos até 31/12/2005, restando pendentes 5,7% dos processos da Meta 2 de 2010, 3,4% dos processos da Meta 2 de 2012 e 5,2% dos processos da Meta 2 de 2013 (gráfico 17).

Gráfico 17 – percentual de julgamento 2013



JUSTIÇA ESTADUAL

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006, no primeiro e segundo grau, e 2006 e 2007 no Tribunal do Júri; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2007 nas turmas recursais e no segundo grau; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2008 nas turmas recursais e no segundo grau. 📄

Foram cumpridas a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 107,09% e 107,08%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 e a Meta 2 de 2010 evoluíram ao longo dos anos de 58,7% para 84,29% e de 38,9% para 72,11%, respectivamente (gráficos 18 e 19).

Gráfico 18 – percentual de cumprimento 2013

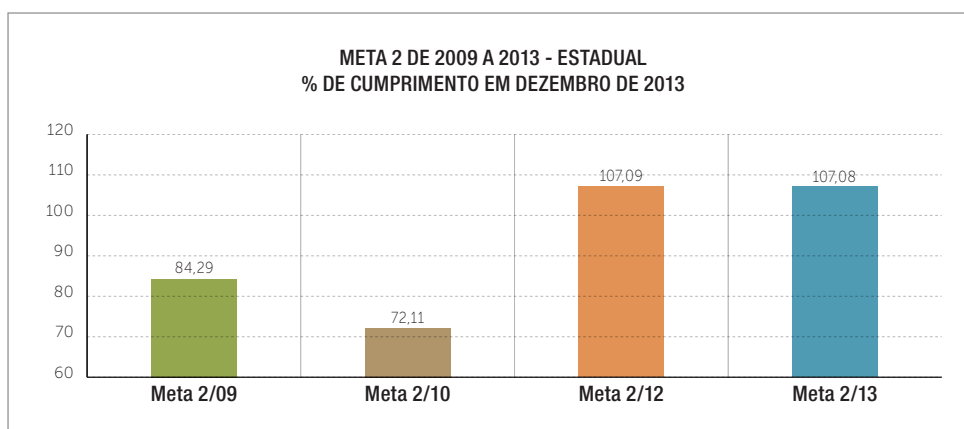
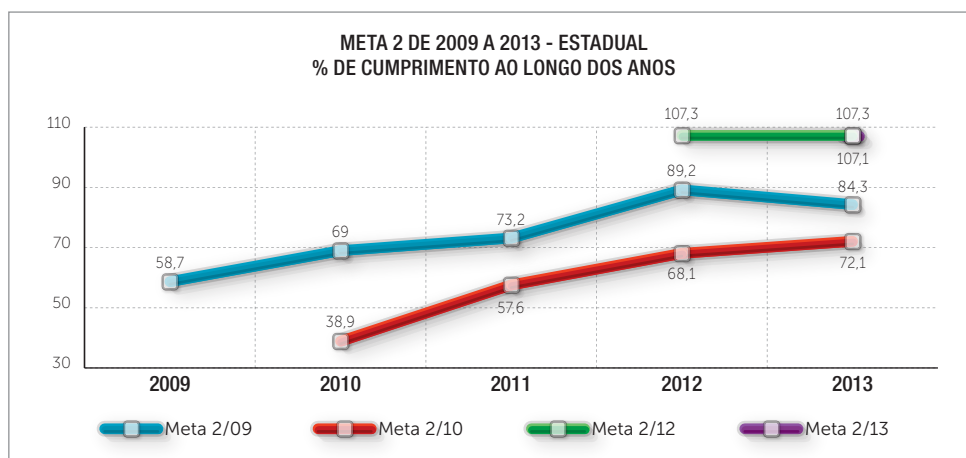
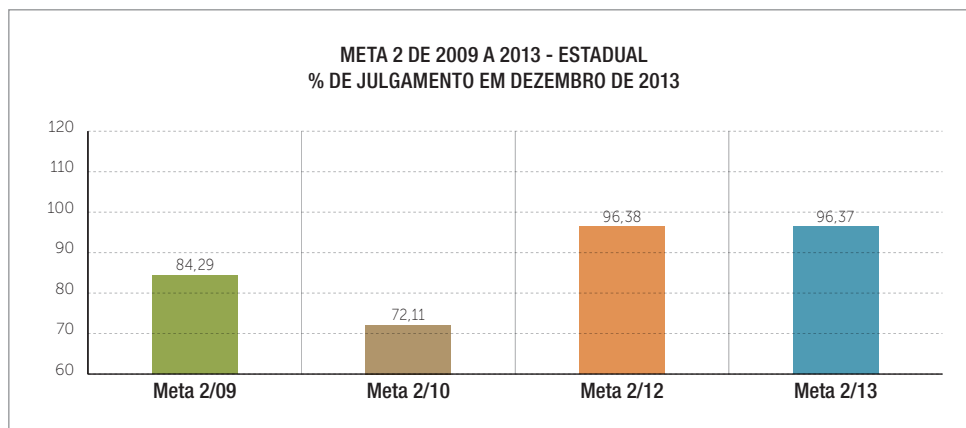


Gráfico 19 – percentual de cumprimento 2010-2013



A Justiça Estadual reduziu bem o estoque de processos da Meta 2 de 2012 e da Meta 2 de 2013. Quanto à Meta 2 de 2009 restam pendentes de julgamento 15,7% dos processos e quanto à Meta 2 de 2010 os tribunais ainda terão de envidar esforços para julgar os 27,9% de processos pendentes de julgamento (gráfico 20).

Gráfico 20 – percentual de julgamento 2013



JUSTIÇA DO TRABALHO

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006 e 2007; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2009. 📄

Foram cumpridas a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 124,4% e 124,34%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 e a Meta 2 de 2010 ficaram próximas do cumprimento, evoluindo ao longo dos anos de 93,7% para 99,22% e de 72,2% para 98,18%, respectivamente (gráficos 21 e 22).

Gráfico 21 – percentual de cumprimento 2013

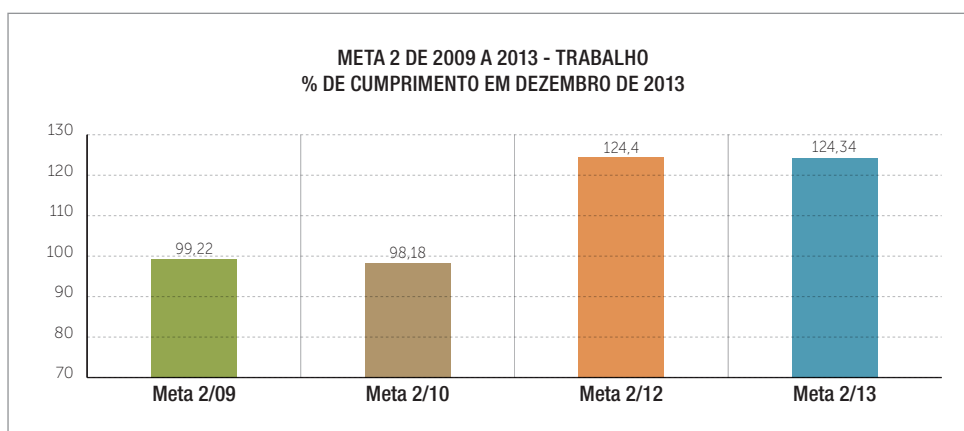
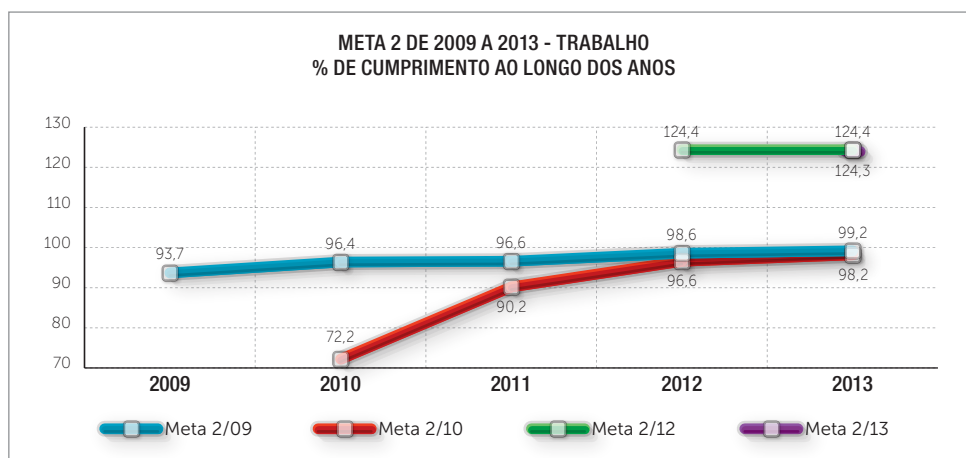
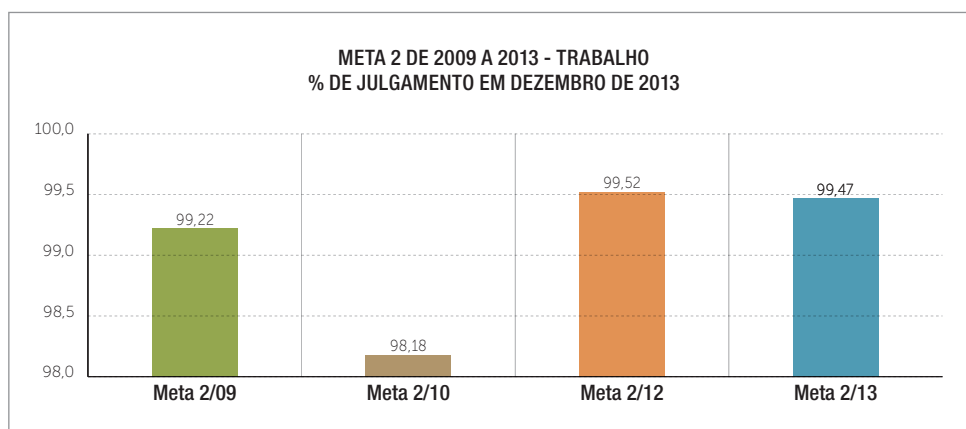


Gráfico 22 – percentual de cumprimento 2010-2013



A Justiça do Trabalho praticamente julgou todos os processos da Meta 2 de 2009, de 2010, de 2012 e de 2013 (gráfico 23).

Gráfico 23 – percentual de julgamento 2013



JUSTIÇA ELEITORAL

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31.12.2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006 e 2007; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2008 e 2009; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2010. 📄

Na Justiça Eleitoral, foram cumpridas a Meta 2 de 2012 e a Meta 2 de 2013 em 109,39% e 107,85%, respectivamente, sendo que a Meta 2 de 2009 e a Meta 2 de 2010 ficaram próximas do cumprimento, evoluindo ao longo dos anos de 90,8% para 99,07% e de 73,7% para 95,64%, respectivamente (gráficos 24 e 25).

Gráfico 24 – percentual de cumprimento 2013

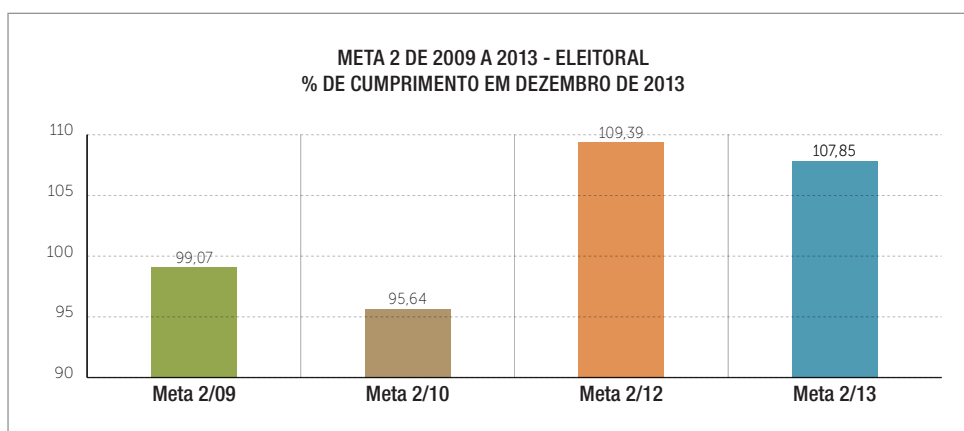
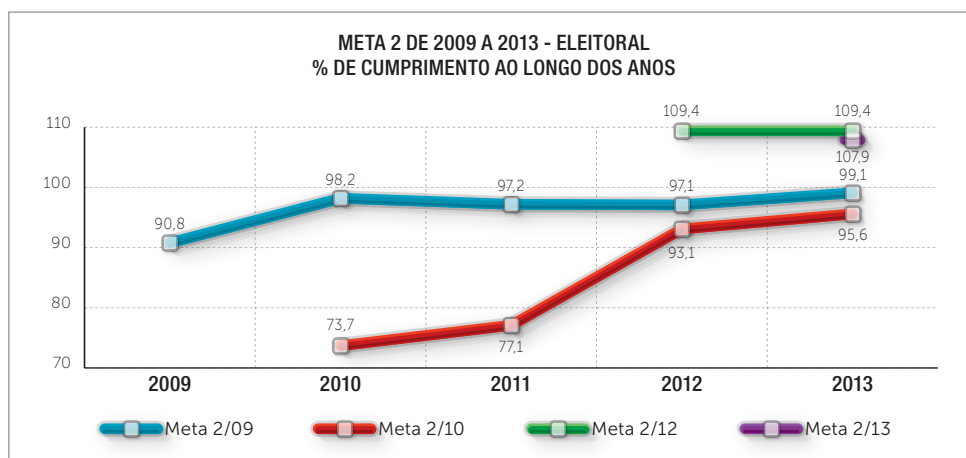
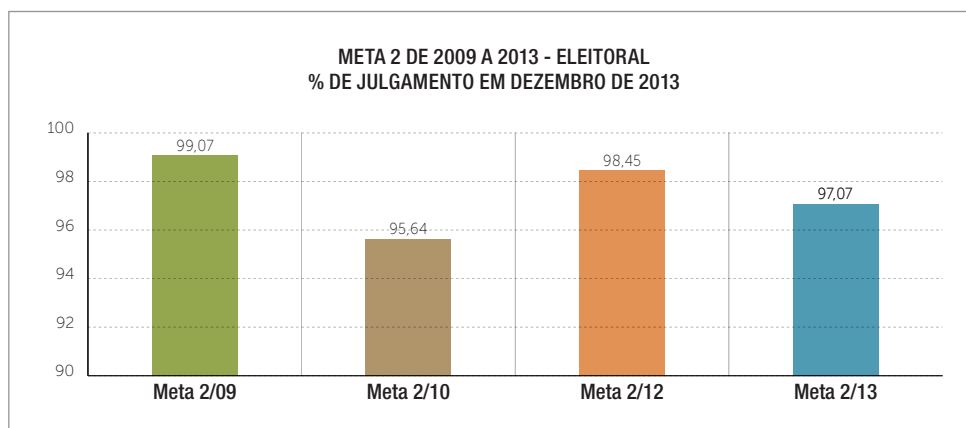


Gráfico 25 – percentual de cumprimento 2010- 2013



A Justiça Eleitoral praticamente julgou todos os processos distribuídos até 31/12/2005. Quanto à Meta 2 de 2010 restam pendentes 4,3% dos processos. Já na Meta 2 de 2012 e na Meta 2 de 2013 faltam julgar apenas 1,5% e 3% dos processos, respectivamente (gráfico 26).

Gráfico 26 – percentual de cumprimento 2013



JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Os critérios de celeridade foram:

- Meta 2 de 2009 – julgamento de todos os processos distribuídos até 31/12/2005; 📄
- Meta 2 de 2010 – primeira decisão tendente a pôr fim aos processos distribuídos em 2006 e 2007; 📄
- Meta 2 de 2012 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em de 2008 a 2010; 📄
- Meta 2 de 2013 – primeira decisão tendente a pôr fim a pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2011. 📄

A Justiça Militar Estadual cumpriu a Meta 2 de 2009, a de 2010, a de 2012 e a de 2013, com os respectivos percentuais de 100%, 100%, 109,91% e 110,93% (gráficos 27 e 28).

Gráfico 27 – percentual de cumprimento 2013

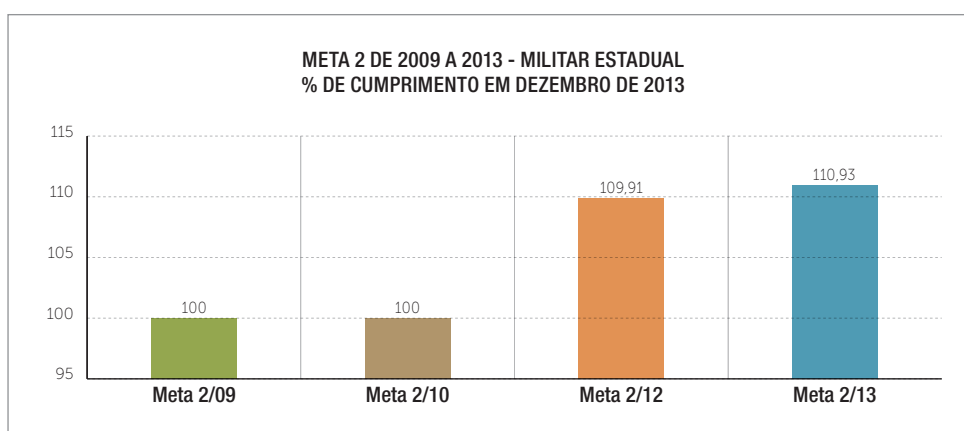
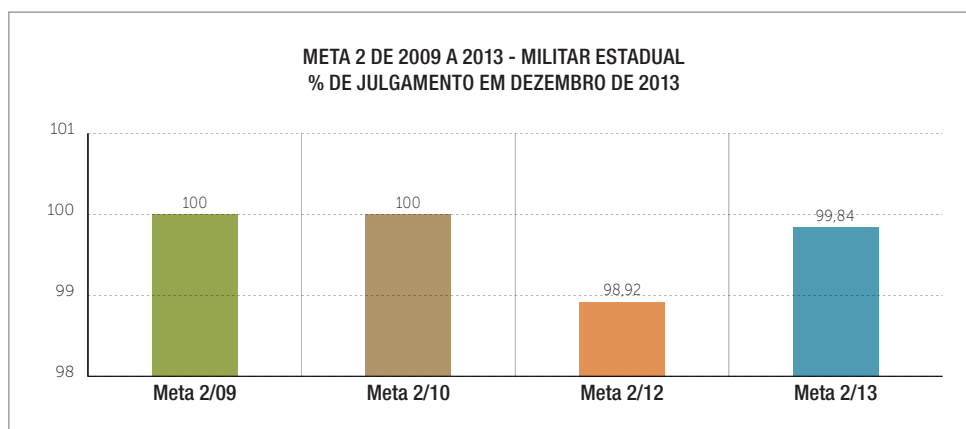


Gráfico 28 – percentual de cumprimento 2010-2013



A Justiça Militar Estadual julgou todos os processos da Meta 2 de 2009 e da Meta 2 de 2010 e praticamente julgou todos os processos da Meta 2 de 2012 e da Meta 2 de 2013 (gráfico 29).

Gráfico 29 – percentual de cumprimento 2013



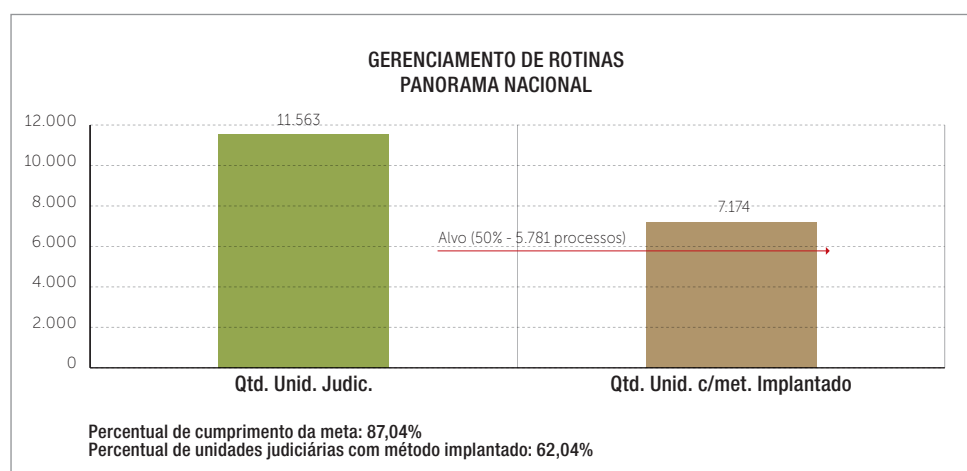
Gestão de Processos de Trabalho e de Projetos

A preocupação com a adequada prestação dos serviços judiciais e com a efetividade da Justiça levou o Poder Judiciário a iniciar um processo de transformações internas que criem nova cultura de trabalho eficiente, com a utilização racional de recursos humanos e instrumentais indispensáveis à consecução de seus objetivos.

Com essa finalidade, foram estabelecidas metas relacionadas ao gerenciamento de rotinas e à gestão de processos de trabalho. Os segmentos de Justiça vinculados a esses objetivos por meio de metas foram a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral.

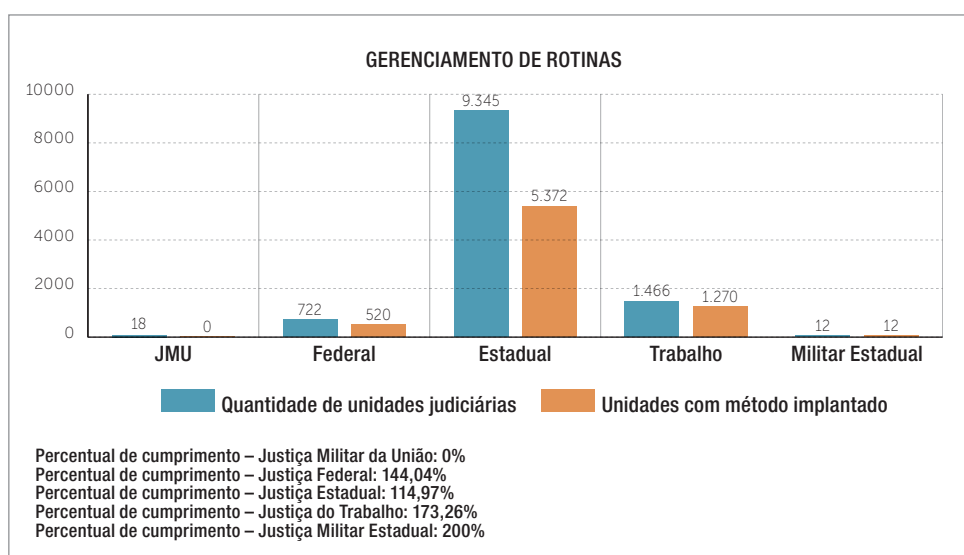
A Justiça Federal, a Estadual, a do Trabalho e a Militar estabeleceram em 2010 a Meta 5 , com foco em implantar método de gestão de processos de trabalho em pelo menos 50% nas unidades judiciárias de primeiro grau. Das 11.563 unidades de primeiro grau existentes, houve a implantação do gerenciamento de rotinas em 7.174 unidades, ou seja, em 62,04% (gráfico 30). O cumprimento geral da meta foi de 87,04%, considerando o limitador de 100% de implantação para cada tribunal.

Gráfico 30 – gerenciamento de rotinas



Entre os segmentos, a Justiça Estadual atendeu 5.372 unidades das 9.345 existentes (57,48% das unidades); a Justiça do Trabalho cumpriu a meta implantando o método em 1.270 das 1.466 unidades (86,63% das unidades); a Justiça Federal alcançou o objetivo em 520 das 722 unidades (72% das unidades); e a Justiça Militar Estadual em suas 12 unidades (100%). A Justiça Militar da União não atendeu nenhuma unidade jurisdicional das 18 existentes em seu âmbito (gráfico 31).

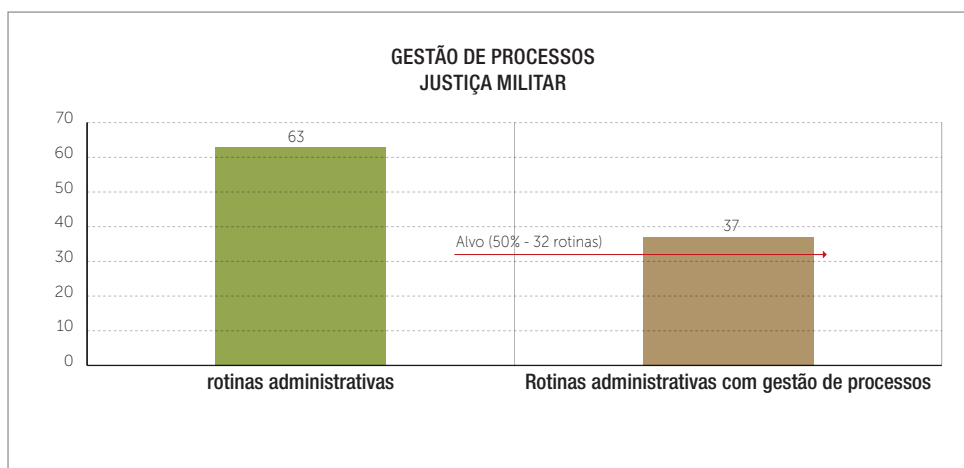
Gráfico 31 – gerenciamento de rotinas



A Justiça Militar da União e a dos estados também assumiram meta específica com a finalidade de aperfeiçoar seus métodos de trabalho por meio da gestão de processos. A Meta 8 de 2011 preparava as bases para a implementação do processo administrativo eletrônico em pelo menos 50% das rotinas administrativas.

O desafio foi alcançado pelo Tribunal Militar Estadual do Rio Grande do Sul e pelo de São Paulo. Das 63 rotinas administrativas levantadas, redesenhou e implantou a gestão de processos em 37, o equivalente a 59% da rotina com gestão de processos implantada (gráfico 32). A Justiça Militar da União e a Justiça Militar de Minas Gerais não implantaram gestão de processos em nenhuma rotina administrativa.

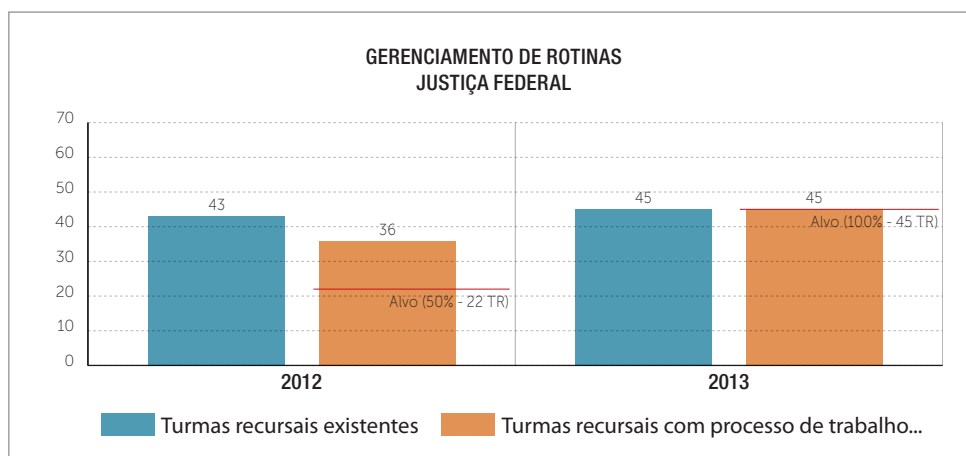
Gráfico 32 – gestão de processos



A Justiça Federal assumiu com a Meta 6 de 2013 o compromisso de implementar o gerenciamento de rotinas em 100% de suas Turmas Recursais. Vale recordar que, em 2012, a meta era alcançar 50% dessa instância recursal.

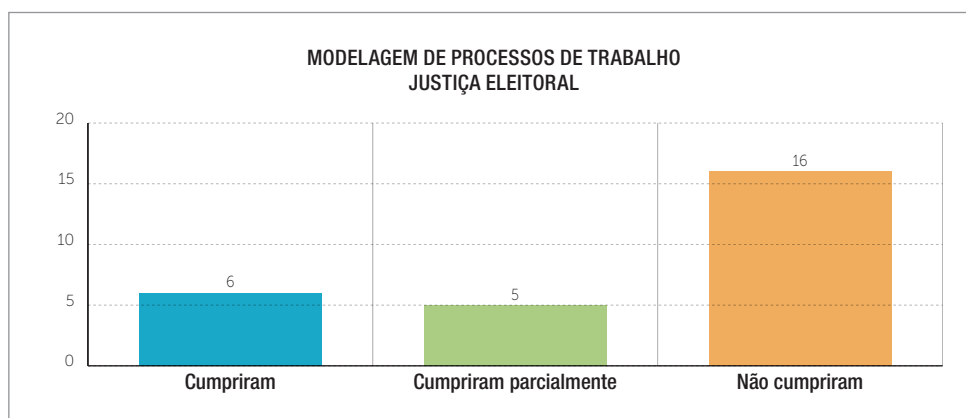
Naquele ano, das 43 Turmas Recursais Federais existentes, 36 foram contempladas com o estabelecimento de gestão de rotinas de trabalho. Para 2013, o objetivo de fechar esse ciclo foi alcançado, com todas as turmas recursais federais (45) com gerenciamento de rotinas implantado (gráfico 33).

Gráfico 33 – gerenciamento de rotinas



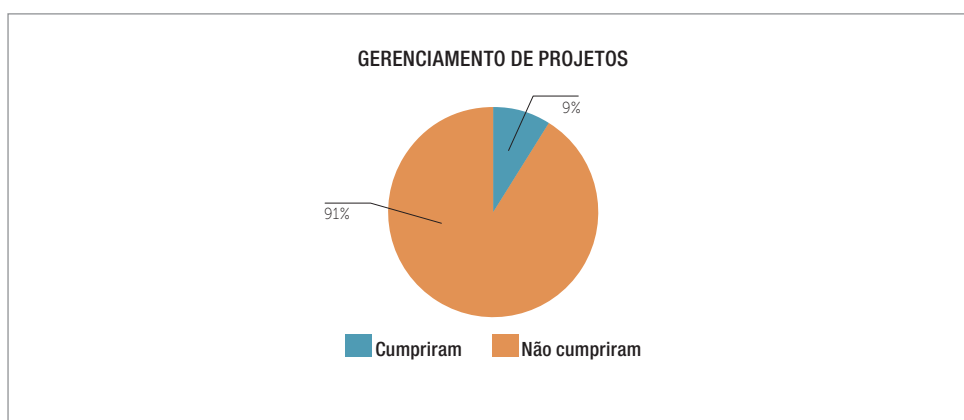
Os Tribunais Regionais Eleitorais assumiram a Meta 7 de 2013 , que visava à modelagem de pelo menos cinco processos de trabalho nas unidades judiciárias de primeiro grau. Cumpriram a meta os regionais eleitorais: do Mato Grosso do Sul, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia e de São Paulo. Do total de 44 rotinas ou processos de trabalho modelados, 10 foram no âmbito do TRE/RO (gráfico 34).

Gráfico 34 – modelagem de processos



Em 2011, por meio da Meta 1 , todos os tribunais preconizaram a criação de unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica. Dos 90 tribunais comprometidos com esse objetivo, apenas oito ainda não cumpriram a meta (gráfico 35).

Gráfico 35 – gerenciamento de projetos



Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Capacitação em PJe

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é instrumento que visa melhorar a prestação jurisdicional, atendendo ao princípio constitucional da publicidade e da eficiência, previsto no art. 37 *caput*, da Constituição Federal. Além dessa relevante função, traz a lume vantagens como a facilidade de acesso às informações processuais, bem como a comodidade no acesso e na prática de atos processuais pela internet.

A Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, veio disciplinar sua implantação e modos de utilização pelos tribunais brasileiros.

Diante dessa realidade, foram definidos mecanismos para a gradual concretização do que foi prescrito na lei e a preparação de magistrados e servidores no manuseio do PJe.

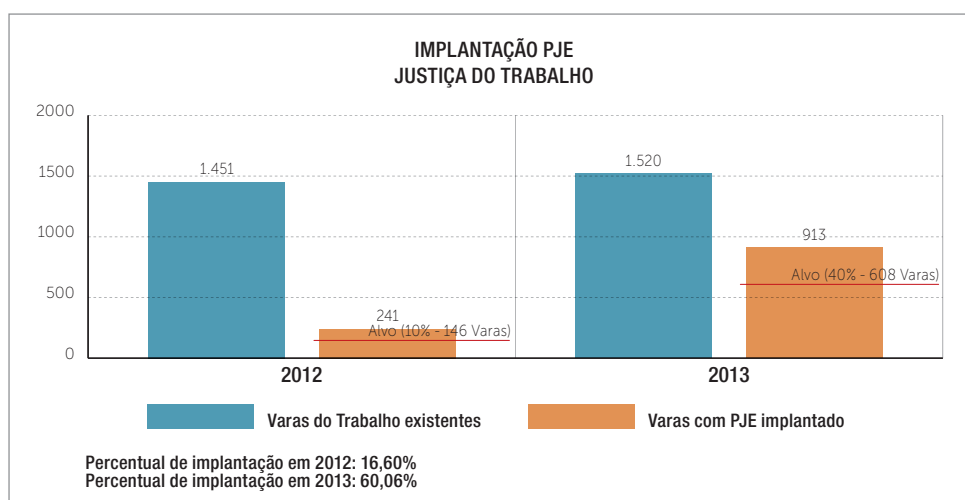
O CNJ, a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros, elaborou o *software* PJe, cujo objetivo principal é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual.

Para consolidar o sistema, foram criadas metas voltadas à implantação de projeto-piloto do PJe na Justiça Militar Estadual; a capacitação de magistrados e servidores em sua utilização, na Justiça do Trabalho; e a implantação nas Varas do Trabalho e nas unidades judiciárias da Justiça Militar Estadual.

No que concerne à implantação do PJe, a Justiça do Trabalho já havia estabelecido meta com essa finalidade em 2012, a Meta 16 , quando, em 1.451 das varas de trabalho então existentes, o PJe foi implantado em 241, o equivalente a 16,61%, superando-se a meta de 10% então estabelecida.

Em 2013, por meio da Meta 12 , o desafio foi alcançar 40% das varas trabalhistas existentes. Os dados deste relatório revelam que a meta foi sobradamente cumprida, com a contemplação de 60% (913) das 1.520 dessas unidades judiciárias. Em relação a 2012, o incremento foi de 73,60% de varas com o PJe em uso (gráfico 36).

Gráfico 36 – PJe



A Justiça Militar Estadual definiu para 2013, por meio da Meta 4 , a implantação do PJe em 25% das unidades judiciárias, porém o percentual de cumprimento ficou em 0%.

Outro desafio estabelecido pela Justiça do Trabalho foi a capacitação em 20 horas dos magistrados e servidores na utilização do PJe e em gestão estratégica. Em 2012, a Meta 15  era qualificar pelos menos 20% dos magistrados e 20% dos servidores nessas competências e foi cumprida com o atingimento de 1.397 (44%) magistrados capacitados em PJe do total de 3.162 existentes e 7.505 servidores da área judiciária (20,54%), em um universo de 27.957.

Quanto aos servidores da área de Tecnologia da Informação, foram capacitados em temas técnicos de suporte e apoio à utilização do PJe 372 (35,67%) do total de 1.043 servidores atuantes nessa área existentes.

Quanto à capacitação em gestão estratégica, foram capacitados 1.384 magistrados, 44% (gráfico 37), e 10.126 servidores de todas as áreas administrativas e judiciárias, 27,71% do total de 36.541 (gráfico 38).

Em 2013, com a Meta 11 , a Justiça do Trabalho foi além, pois os dados mostram que há 2.278 magistrados (68,24%) e 17.744 (59,60%) servidores das

áreas judiciárias capacitados na utilização do PJe, de um universo de 3.338 e 29.771 magistrados e servidores, respectivamente, cumprindo a meta, que era alcançar 50% de capacitações.

Para realizarem tarefas de apoio técnico à utilização do PJe, foram capacitados 732 (60,85%) servidores da área de tecnologia da informação, do número global de 1.203.

Os dados revelam ainda que foram capacitados, também com duração mínima de 20 horas, 16.335 (41,44%) servidores em gestão estratégica, do total de 39.411 servidores das áreas judiciárias e administrativas e 1.947 magistrados (58,32%) dos 3.338 atuantes na Justiça Trabalhista, cumprindo também a meta nessa modalidade de capacitação, quanto ao corpo de magistrados.

Gráfico 37 – Capacitação em PJe magistrados

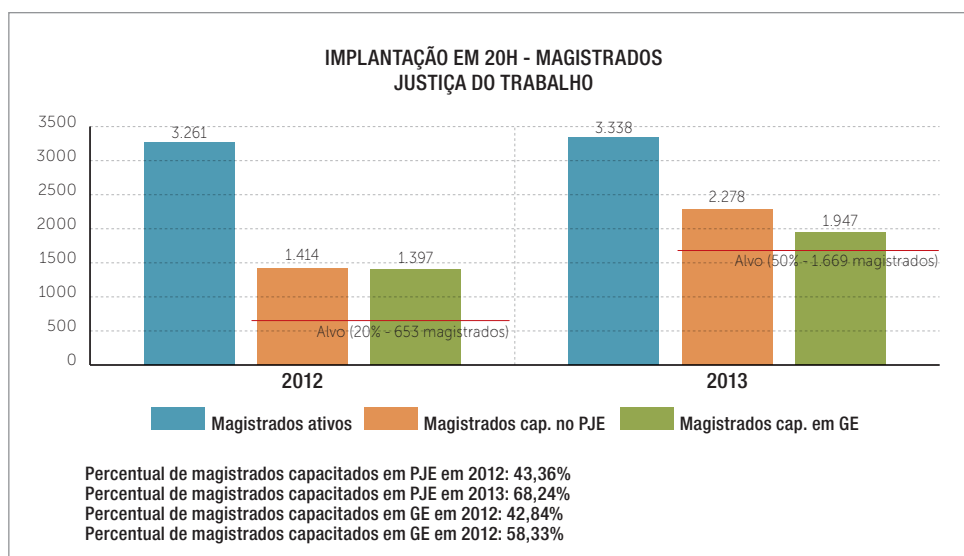
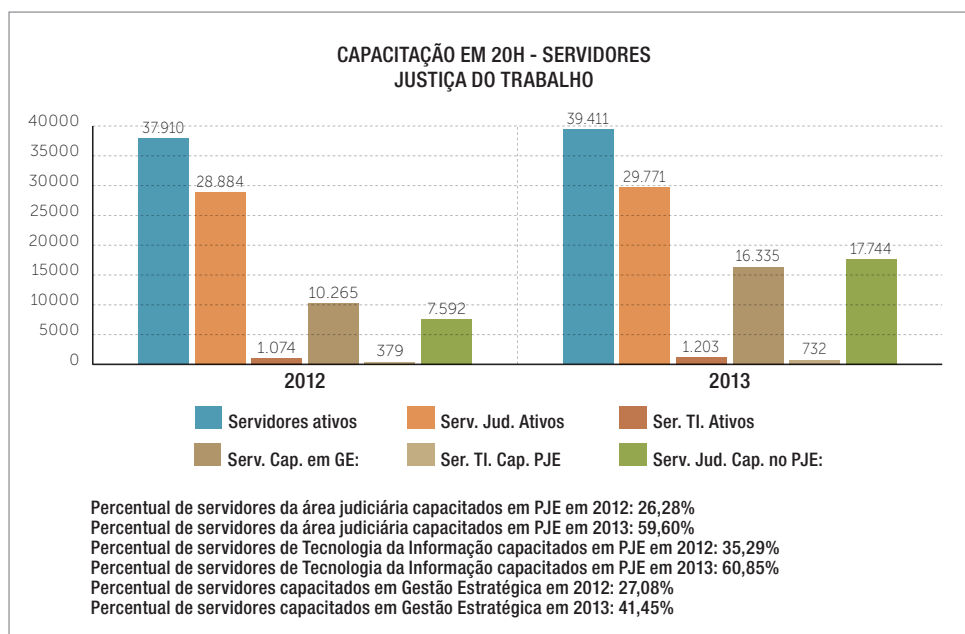


Gráfico 38 – Capacitação em PJe – servidores



Saúde e Prevenção de Riscos Laborais

A Justiça do Trabalho está desde 2012 comprometida com ações relacionadas à saúde dos servidores e magistrados e à prevenção de riscos inerentes ao ambiente de trabalho.

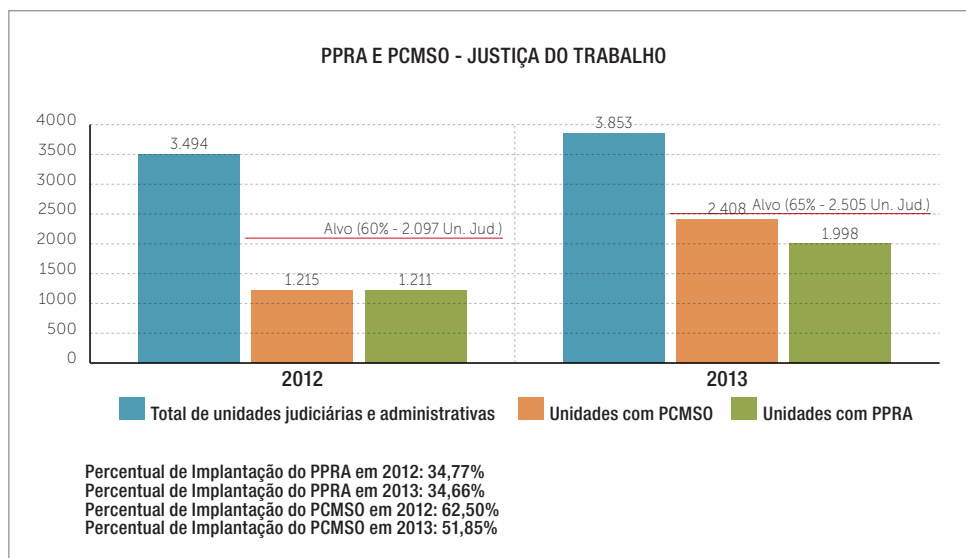
Trata-se do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Em 2012, a Meta 14 era a implantação de tais programas em 60% das unidades judiciárias e administrativas de todos os tribunais do trabalho e do TST.

Naquele ano, houve a implantação do PCMSO em 1.215 e o PPRA em 1.211 unidades-foco, o que representou 34,77% e 34,66% de unidades contempladas, respectivamente, de um universo de 3.494.

Em 2013, a Meta 9  foi reformulada para abranger 65% das unidades, cujo quantitativo total de existentes foi de 3.853. O PCMSO foi implantado em 2.408 e o PPRA em 1.998 unidades judiciais e administrativas, resultando em 62,50% e 51,85% de unidades contempladas respectivamente. Cumpriram integralmente a meta a quase totalidade dos Tribunais Regionais do Trabalho, além do TST.

Outra iniciativa da Justiça Trabalhista, por meio da Meta 10 de 2013 , foi a adequação ergonômica dos postos de trabalho com vistas à sua compatibilização com as necessidades específicas das pessoas, de modo a viabilizar a execução do serviço durante o expediente de forma confortável e segura, além de proporcionar a redução de riscos de ações prejudiciais à saúde de magistrados e servidores (gráfico 39).

Gráfico 39 – PPRA e PCMSO



Apesar de 25,43% das unidades terem realizado adequação ergonômica, o cumprimento da meta ficou em 89,02%, pois, para considerar todo o segmento, deve-se utilizar um limitador de 100% de cumprimento para todos os tribunais, a fim de se evitar que os tribunais que implementaram a meta em um percentual muito alto não compensem os que tiveram um índice de implementação baixo.

Conciliação e Atividades voltadas à Solução de Conflitos

A conciliação é um instrumento alternativo de resolução de conflitos em que as partes confiam a uma terceira pessoa, o conciliador, a tarefa de promover-lhes a aproximação para o alcance de um acordo viável para ambas, evitando-se, assim, o acionamento da máquina judiciária, mais demorada e custosa.

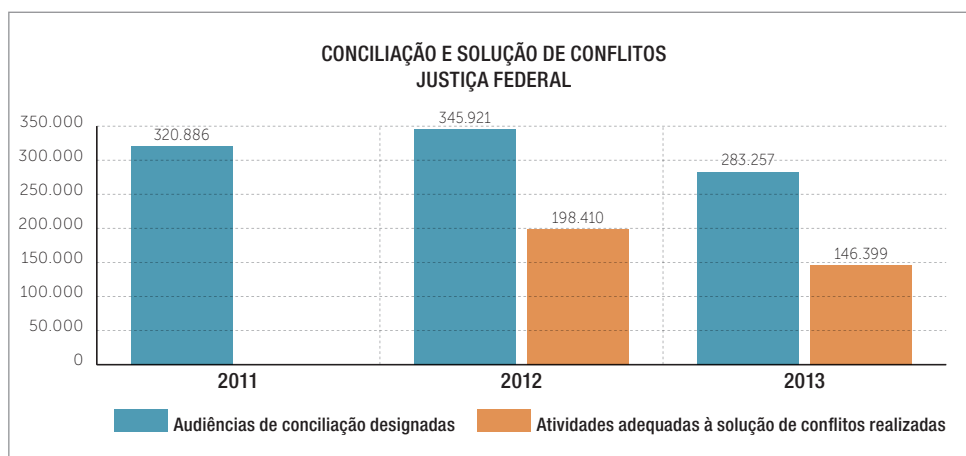
As atividades voltadas à solução de conflitos corporificam-se na adoção de métodos consensuais pré-processuais de solução de conflitos, na capacitação e formação de conciliadores, na realização de mutirões e semanas de conciliação, a exemplo das realizadas pelo CNJ, na homologação de acordos extrajudiciais, entre outras iniciativas que têm por finalidade a solução pacífica, célere e justa de controvérsias judiciais de menor complexidade.

Os Tribunais Regionais Federais assumiram, em 2012, por meio da Meta 10 , e em 2013, por meio da Meta 5 , o compromisso de designar audiências e realizar demais atividades que visem à adequada solução de conflitos, em relação a 2011.

Em 2012, o objetivo era aumentar em pelo menos 10% a designação de audiências conciliatórias, que foi cumprida em 89,93%, pois, segundo os dados informados pelos tribunais, naquele ano foram designadas 345.921 audiências, 25.035 a mais do que em 2011.

Em 2013, a meta previu, além de aumentar o número de audiências de conciliação, a realização de atividades adequadas à solução de conflitos, ambos os desafios tendo como referência o que foi alcançado em 2012. Em 2013, foram realizadas 283.257 audiências, 62.664 a menos que 2012. Ainda em 2013, foram realizadas 146.399 atividades para a solução alternativa de conflitos, 26% a menos do que em 2012 (gráfico 40).

Gráfico 40 – conciliação e solução de conflitos



Fortalecimento do controle interno

A Constituição Federal prevê que cada Poder realize atividades de fiscalização contábil financeira e orçamentária e que os Poderes da República mantenham, de forma integrada, sistema de controle interno.

As atividades de controle interno visam à verificação da legalidade e da adequação dos atos e das condutas dos administradores públicos com os princípios que orientam a organização da sociedade e a constante busca do interesse público pela atuação dos órgãos e agentes públicos.

É de ressaltar, ademais, que a existência de uma estrutura de controle interno independente, capacitada e ágil é consectária do princípio constitucional da eficiência, a evidenciar o relevante papel de suas atividades para a proteção da coisa pública.

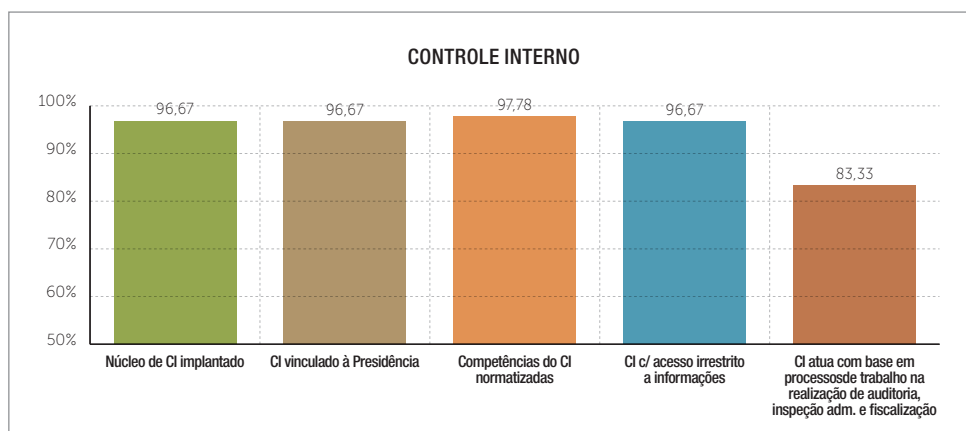
Objetivando o fortalecimento da estrutura de controle interno dos tribunais brasileiros, foi estabelecida a Meta 16 de 2013 , com quesitos relativos a questões sensíveis para o adequado funcionamento das unidades fiscalizatórias dos tribunais.

Foram mensurados fatores relativos à vinculação da unidade de controle interno à Presidência do respectivo tribunal, como fator de garantia de sua autoridade no exercício de suas atribuições; à sua atuação com base em normas técnicas e regulamentos específicos; à existência de pessoal suficientemente capacitado para a execução de suas atividades e respectiva capacitação; a existência de planejamento preestabelecido norteador de seus trabalhos, entre outros.

Os resultados colhidos com as informações prestadas pelos tribunais revelam que a quase totalidade dos tribunais tem o Controle Interno implantado e vinculado à presidência, com competências normatizadas e acesso irrestrito às informações, bem como atuando com base em processos de trabalho na realização de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização (gráfico 41).

Como pontos fracos, tem-se que metade dos tribunais brasileiros não possui corpo técnico suficiente ao exercício das atividades de controle interno e que 40% das Cortes não realizaram auditoria de avaliação do setor de Controle Interno com a finalidade de certificar a adequação dos controles administrativos no enfrentamento de riscos.

Gráfico 41 – controle interno pontos fortes



Sistemas efetivos de licitação e contratos

Em 2013 também foi acompanhada Meta 17 , relativa ao desenvolvimento de sistemas efetivos de licitação e contratos em todos os tribunais, visando à segurança, à transparência e à eficiência dos procedimentos licitatórios.

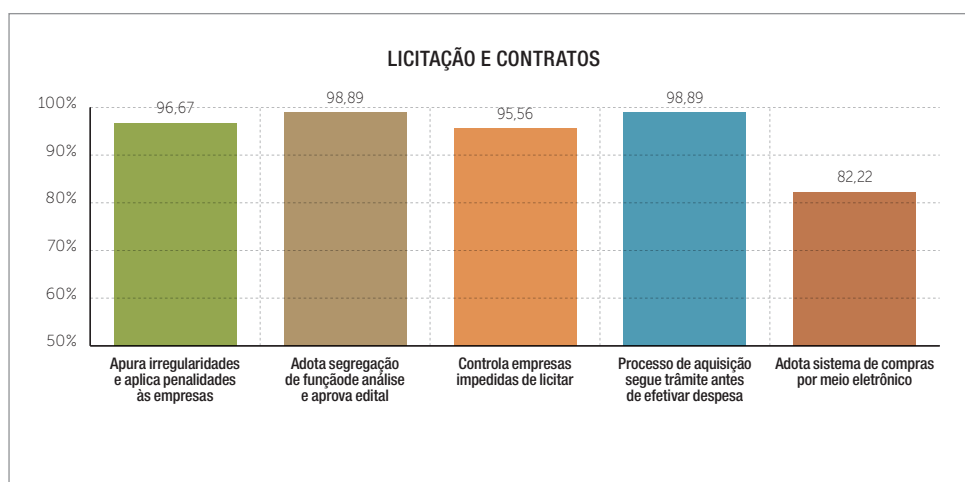
Foram contemplados aspectos relacionados à apuração de eventuais irregularidades e à aplicação das penalidades a empresas envolvidas em atos que violem o espírito competitivo e isonômicos das licitações; à qualificação de servidores na competência de análise de mercado; à adoção de sistema de compras por meio eletrônico; à adoção de metodologia de pesquisa de mercado; entre outros quesitos considerados relevantes para a garantia da lisura e a eficiência dos mecanismos de licitação e contratação.

Os dados revelam como resultados positivos, entre outros, que a quase totalidade dos tribunais adotou procedimento administrativo para apuração de irregularidades e aplicações de sanções administrativas no que tange à lisura dos procedimentos licitatórios; segregaram as funções de análise e de aprovação de editais licitatórios;

criaram cadastro ou algum mecanismo de controle de empresas impedidas de contratar com o Poder Público; e adotaram providências para que os processos de aquisição tramitem pelas áreas administrativas, técnicas, jurídica e de controle interno, com o fito de garantir o atendimento às prescrições legais e às necessidades técnicas aplicáveis aos produtos e serviços contratados. Temos ainda 82,22% dos tribunais que adotam sistema de compras por meio eletrônico (gráfico 42).

As fragilidades colhidas dos dados informados pelos tribunais apontam que menos de 60% das Cortes não logrou implantar procedimento administrativo virtual de acompanhamento da tramitação ou digitalização do processo licitatório nem adotou mapeamento de processos para licitação de obras de engenharia.

Gráfico 42 – licitação e contratos – pontos fortes



Combate à improbidade administrativa e aos crimes contra a administração pública

O ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo a Constituição Federal em plano superior, e o Código Penal e leis penais especiais, em plano inferior, tutela bens jurídicos que por sua natureza são imprescindíveis para a pacífica convivência dos cidadãos e das instituições que conformam o tecido social.

Tais bens se revelam inalienáveis, por constituírem interesses que transcendem a esfera individual e privada dos cidadãos, e são a bases sustentadoras do equilíbrio do pacto social firmado pela coletividade.

A Meta 18 de 2013  foi criada para propiciar a celeridade na tramitação das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas e não julgadas até 31/12/2011. Trata-se da contribuição efetiva da Justiça para a ampliação de serviços públicos condizentes com a dimensão dos tributos que cada brasileiro paga no dia a dia.

Estão vinculados a essa meta a Justiça Estadual, a Federal, a Militar e o STJ.

Segundo as informações prestadas pelos tribunais, até 31/12/2011 foram distribuídas e não julgadas 44.183 ações de improbidade administrativa e 71.226 ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública. Considerando-se as entradas e saídas de processos em virtude de suspensão processual ou do enquadramento de determinados processos nos critérios da meta, o total de processos pendentes de julgamento, sempre com base nas distribuições ocorridas até 31/12/2011, salta para 44.259 e 71.669 ações pendentes, respectivamente.

Em 2012, daqueles processos pendentes, os tribunais julgaram 11.231 ações de improbidade administrativa e 25.017 ações penais que tratavam de crimes contra a administração pública e, em 2013, foram julgados 9.747 e 19.424, respectivamente. Assim, a meta resultou em 56,43% de cumprimento.

Entre os segmentos de justiça de maior porte, o melhor desempenho foi o da Justiça Federal, que alcançou 71,72% de cumprimento, com o julgamento de 5.880 ações

de improbidade das 10.241 pendentes e de 16.154 ações penais relativas a crimes contra a administração pública das 20.480 pendentes de decisão.

A Justiça Militar Estadual alcançou 96,89% de cumprimento, ao julgar, em 2012 e 2013, 717 ações criminais das 740 distribuídas e não julgadas até 31/12/2011.

A Justiça Estadual cumpriu 50,09% da meta, julgando 14.332 ações de improbidade das 32.991 pendentes e 26.975 ações penais das 49.480 pendentes.

Destaca-se negativamente a Justiça Militar da União, que, em que pese haver assumido o compromisso de fidelidade à meta, não prestou as informações necessárias à mensuração de seu desempenho.

Execução

O implemento no campo da realidade do conteúdo das decisões judiciais é condição indispensável para que o Direito cumpra seu papel de pacificador social, assegurando a cada qual dos indivíduos o gozo de seus bens e de sua liberdade material, sem o prejuízo de outrem.

Porém, muitas vezes o cumprimento do que é decidido pela Justiça se vê embaraçado, quer seja porque a parte vencida não foi localizada, quer seja porque não possui ou não são encontrados bens que satisfaçam o direito declarado judicialmente.

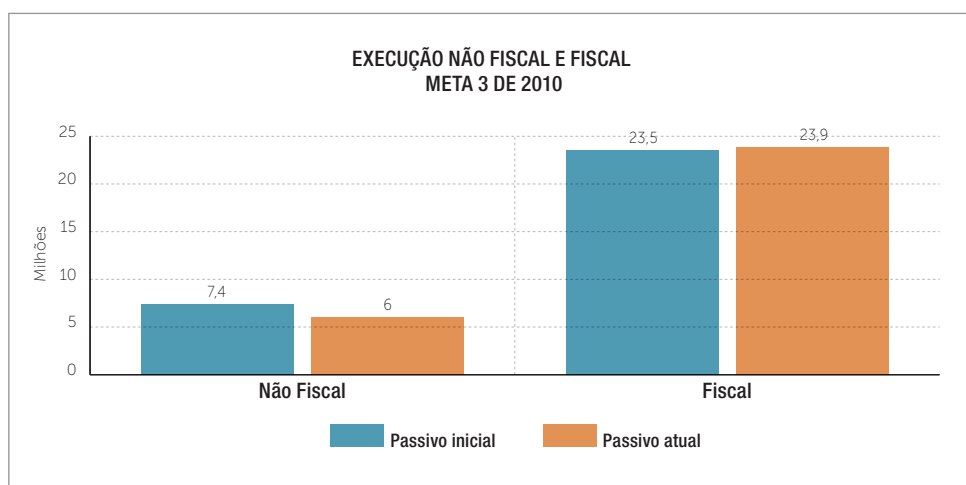
A questão das execuções é problema crônico do Judiciário brasileiro, e para tentar mitigar seus malefícios foram implementadas metas que possibilitassem a redução dos acervos pendentes de solução final.

Em 2010 foi definida a Meta 3 (fiscal 📊) (não fiscal 📊) para todos os tribunais, com o intuito de reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais, utilizando como referência o acervo em 31/12/2009.

Até o momento 62,79% dos tribunais cumpriram a meta no tocante às execuções não fiscais e 43,37% no tocante às execuções fiscais. A média de cumprimento para as execuções não fiscais foi de 190,49%, tendo sido reduzido em 19,05% o acervo, o que equivale a reduzir o acervo de 7.404.087 para 5.993.685 processos. A média de cumprimento para as execuções fiscais foi de 0,00%, tendo o acervo aumentado em 1,51%. Quanto às execuções não fiscais, na Justiça do Trabalho, o cumprimento foi de 85,01%, sendo o único segmento a não reduzir em 10% o acervo. Já nas Execuções Fiscais, a média de cumprimento foi negativa, ou seja, houve aumento do acervo, que passou de 23.518.780 em 2009 para 23.956.486 em 2013. Apenas 43,37% dos tribunais cumpriram a meta, sendo que o melhor desempenho ficou para a Justiça Federal, que reduziu o acervo de 1.683.692 para 1.346.953 processos, e o pior desempenho ficou com a Justiça Eleitoral, que aumentou o acervo de 1.026 para 2.098 processos.

De 2010 a 2013 foram julgados 7.882.039 processos de execução fiscal, porém foram distribuídos 11.169.099, o que resultou no aumento do passivo inicial. Já com relação aos processos de execução não fiscal, no mesmo período, foram julgados 7.597.436, ao passo que foram distribuídos 6.971.432, o que resultou em diminuição do passivo (gráfico 43).

Gráfico 43 – execução não fiscal e fiscal



A Justiça do Trabalho impôs-se a Meta 17 de 2012  e a Meta 13 de 2013 , com o intuito de aumentar em 10% e em 15%, respectivamente, o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

Houve diminuição do quantitativo de execuções encerradas na ordem de 0,82% em 2012 e de 7,73% em 2013 quando comparado à informação prestada em 2012, de que em 2011 foram julgados 925.745 processos (gráfico 44). Porém, segundo dados informados em 2013, de que em 2011 haviam sido julgados 914.900 processos, passamos a ter aumento de 0,36% no quantitativo de execuções encerradas em 2012 (gráfico 45).

Gráfico 44 – execuções – Justiça do Trabalho

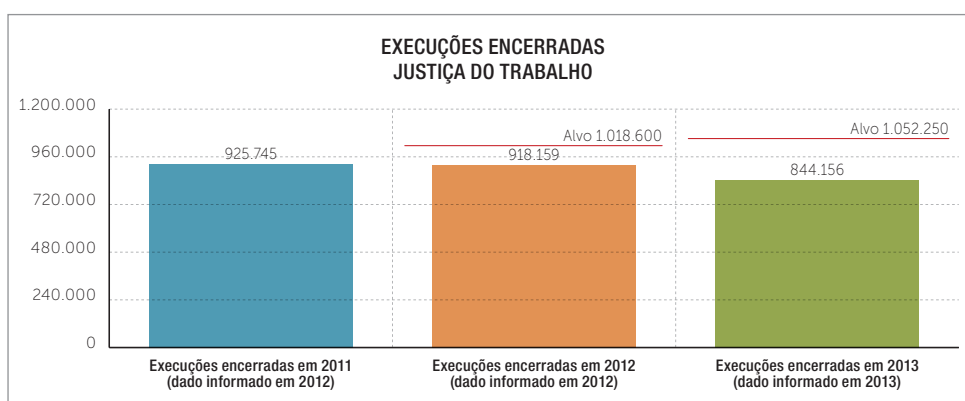
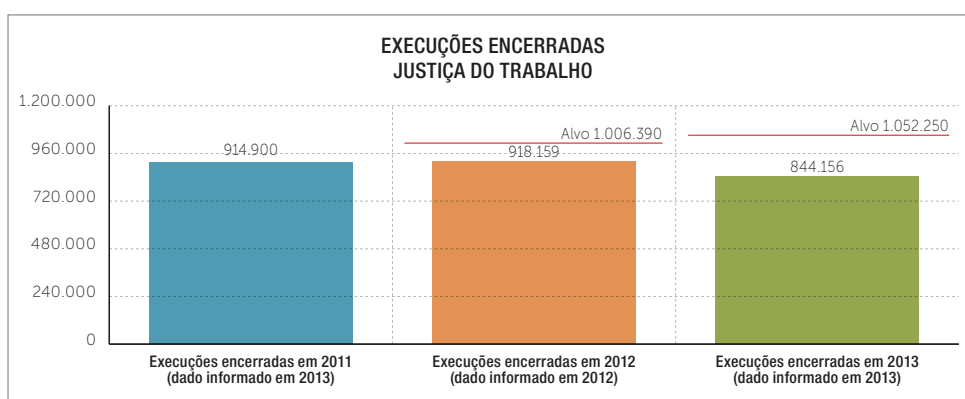
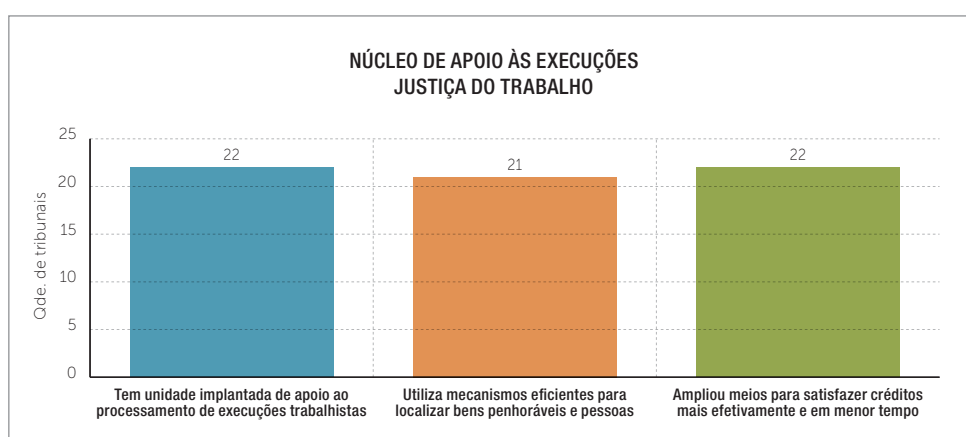


Gráfico 45 – execuções – Justiça do Trabalho



Ainda com o intuito de enfrentar o grande problema das execuções, em 2011, por meio da Meta 5 , 87,5% dos tribunais da Justiça do Trabalho criaram núcleo de apoio de execução (gráfico 46).

Gráfico 46 – execuções – núcleo de apoio





METAS 2013

META 1 DE 2013

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STM	TST	STJ	TSE
107,71%	90,24%	88,73%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJSE	TJPR	TJMS	TJRR	TJPE	TJMA	TJMT	TJRJ	TJDF	TJRO	TJPA	TJPB	TJGO
125,96%	111,92%	103,45%	102,58%	102,00%	101,84%	98,49%	97,31%	96,78%	95,78%	94,98%	94,78%	92,21%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-PA	TRE-GO	TRE-RS	TRE-BA	TRE-SC	TRE-PB	TRE-SP	TRE-MT	TRE-AM	TRE-RO	TRE-SE	TRE-RN	TRE-AP
1016,43%	386,41%	361,09%	335,08%	309,81%	292,15%	269,75%	266,19%	221,80%	210,69%	188,68%	184,49%	163,06%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT15	TRT16	TRT9	TRT3	TRT14	TRT17	TRT11	TRT23	TRT10	TRT4	TRT19	TRT2	TRT21
108,10%	107,51%	107,32%	103,84%	103,21%	102,52%	102,35%	101,06%	99,43%	97,14%	96,52%	95,87%	95,72%

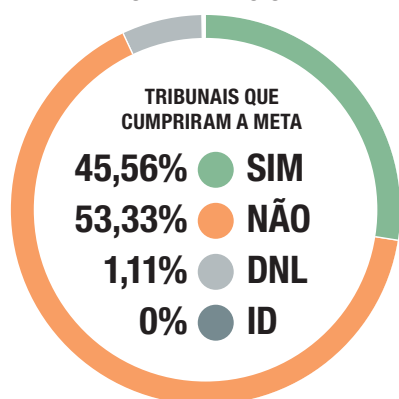
JUSTIÇA FEDERAL

TRF5	TRF2	TRF3	TRF4	TRF1
113,46%	99,95%	94,34%	91,96%	87,16%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

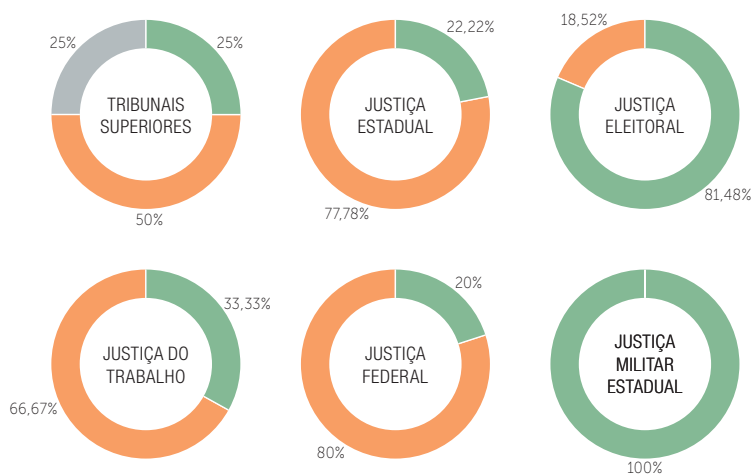
TJMMG	TJMSP	TJMRS
127,81%	107,57%	101,14%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJTO	TJRN	TJPI	TJES	TJMG	TJRS	TJAM	TJAC	TJSC	TJAL	TJCE	TJSP	TJBA	TJAP
89,53%	88,88%	88,64%	87,21%	85,04%	84,92%	84,17%	81,98%	79,81%	79,56%	76,42%	73,55%	73,48%	73,47%
TRE-DF	TRE-PR	TRE-AL	TRE-AC	TRE-RR	TRE-PE	TRE-MS	TRE-TO	TRE-RJ	TRE-ES	TRE-CE	TRE-MG	TRE-PI	TRE-MA
124,57%	115,61%	113,50%	108,30%	105,40%	104,43%	101,44%	101,27%	101,26%	98,38%	93,17%	91,97%	87,48%	83,36%
TRT18	TRT5	TRT6	TRT1	TRT24	TRT7	TRT8	TRT22	TRT13	TRT12	TRT20			
95,63%	94,67%	93,63%	92,49%	92,36%	90,72%	90%	86,20%	85,95%	85,89%	84,92%			

META 2 DE 2013

Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STM	STJ	TST	TSE
137,98%	123,92%	115,20%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAP	TJRO	TJMS	TJDFT	TJGO	TJRJ	TJRN	TJSE	TJTO	TJMT	TJMA	TJSC
111,11%	111,11%	111,11%	111,10%	111,09%	111,09%	111,07%	111,01%	110,89%	110,48%	110,24%	110,06%	109,72%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-PR	TRE-RR	TRE-SP	TRE-RJ	TRE-TO	TRE-PA	TRE-AP	TRE-AM	TRE-SE	TRE-DF	TRE-RS	TRE-PE	TRE-MT
110,99%	110,96%	110,91%	110,84%	110,74%	110,65%	110,57%	110,11%	110,10%	109,80%	109,65%	109,62%	109,57%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT8	TRT11	TRT14	TRT22	TRT10	TRT18	TRT24	TRT12	TRT19	TRT17	TRT6	TRT3	TRT15
125,00%	125,00%	125,00%	125,00%	124,99%	124,99%	124,97%	124,95%	124,95%	124,93%	124,91%	124,89%	124,85%

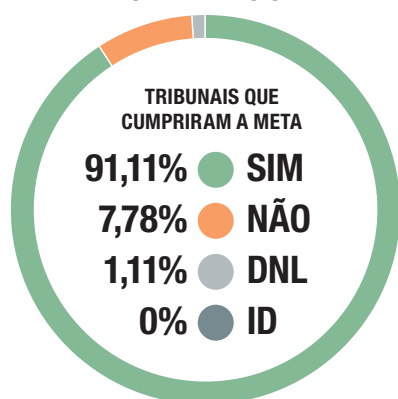
JUSTIÇA FEDERAL

TRF4	TRF2	TRF3	TRF5	TRF1
199,63%	194,81%	187,65%	184,34%	178,15%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

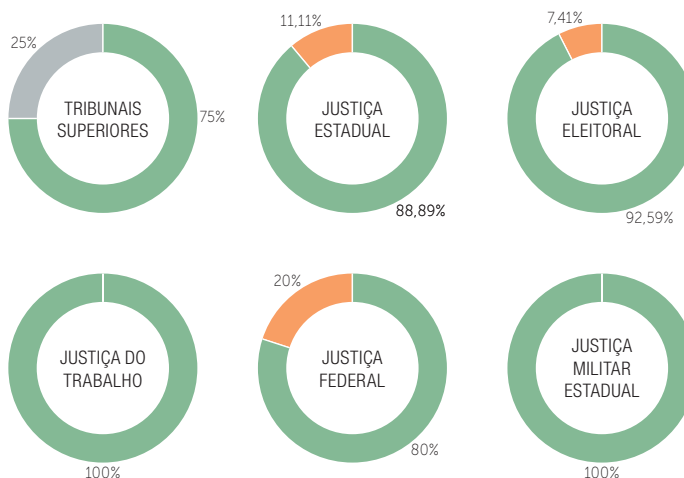
TJMMG	TJMSP	TJMRS
110,96%	110,79%	110,71%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPR	TJPE	TJPA	TJRR	TJES	TJAM	TJMG	TJPB	TJSP	TJCE	TJAL	TJBA	TJRS	TJPI
109,59%	108,69%	108,67%	108,51%	107,73%	107,43%	106,83%	106,76%	103,96%	101,18%	100,94%	99,76%	80,08%	75,20%
TRE-CE	TRE-RN	TRE-AL	TRE-RO	TRE-MA	TRE-MS	TRE-SC	TRE-MG	TRE-BA	TRE-AC	TRE-PI	TRE-ES	TRE-GO	TRE-PB
109,35%	109,12%	109,09%	108,40%	108,02%	107,97%	107,74%	106,33%	105,83%	104,66%	103,02%	101,01%	97,18%	96,74%
TRT23	TRT5	TRT4	TRT9	TRT20	TRT1	TRT2	TRT13	TRT21	TRT7	TRT16			
124,79%	124,68%	124,52%	124,43%	124,11%	123,79%	123,48%	123,21%	123,03%	121,99%	121,25%			

META 3 DE 2013

Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META

- SIM
- NÃO
- DNL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMRS	TJMMG	TJMSP
111,11%	107,80%	107,66%

META 4 DE 2013

Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META

- SIM
- NÃO
- DNL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

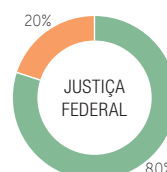
TJMMG	TJMRS	TJMSP
NÃO	NÃO	NÃO

META 5 DE 2013

Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META

- SIM
- NÃO
- DNL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRF4	TRF3	TRF5	TRF2	TRF1
143,47%	110,93%	106,44%	100,81%	15,98%

META 6 DE 2013

Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META

- SIM
- NÃO
- DNL



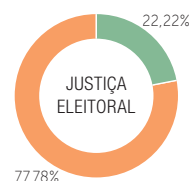
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

META 7 DE 2013

Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Eleitoral.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



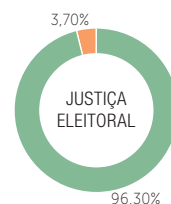
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRE-MS	TRE-PE	TRE-PI	TRE-RJ	TRE-RO	TRE-SP	TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	
TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MT	TRE-PA	TRE-PB	TRE-PR	TRE-RN	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-TO
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

META 8 DE 2013

Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



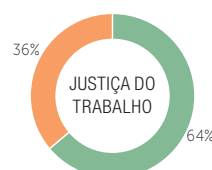
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT	
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-TO	TRE-SP
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO

META 9 DE 2013

Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



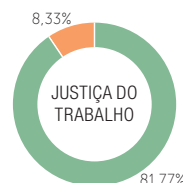
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT2	TRT3	TRT5	TRT6	TRT8	TRT9	TRT10	TRT12	TRT14	TRT16	TRT18	TRT20	TRT21
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TRT22	TRT23	TST	TRT17	TRT13	TRT19	TRT24	TRT4	TRT7	TRT1	TRT11	TRT15	
100,00%	100,00%	100,00%	55,13%	50,00%	50,00%	50,00%	44,90%	21,47%	0,00%	0,00%	0,00%	

META 10 DE 2013

Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12
100%	373,10%	256,30%	103%	269,84%	108,25%	467,53%	181,82%	103,66%	462,69%	0%	331,73%
TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
481,13%	500%	0%	102,27%	245,10%	291,04%	166,67%	494,62%	315,22%	222,22%	100%	347,46%

META 11 DE 2013

Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



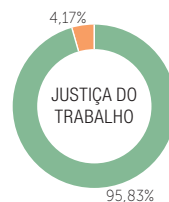
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT9	TRT6	TRT5	TRT4	TRT3	TRT23	TRT22	TRT21	TRT18	TRT17	TRT16	TRT14	TRT15
100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	99,14%
TRT1	TRT12	TRT11	TRT20	TRT2	TRT13	TRT19	TRT8	TRT7	TRT24	TRT10		
95,04%	94,26%	92,59%	92,57%	80,68%	79,48%	77,24%	75,86%	70,89%	63,45%	48,95%		

META 12 DE 2013

Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



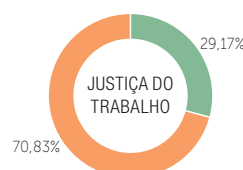
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT16	TRT19	TRT20	TRT23	TRT7	TRT6	TRT1	TRT24	TRT17	TRT3	TRT21	TRT11	TRT14
250,00%	250,00%	250,00%	250,00%	229,17%	208,96%	198,21%	182,69%	177,08%	174,05%	173,91%	171,88%	171,88%
TRT18	TRT8	TRT5	TRT22	TRT2	TRT4	TRT15	TRT13	TRT9	TRT12	TRT10		
161,46%	141,51%	139,20%	125,00%	115,17%	113,64%	107,84%	101,85%	101,56%	100,00%	71,43%		

META 13 DE 2013

Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT7	TRT19	TRT14	TRT5	TRT16	TRT1	TRT4	TRT2	TRT11	TRT17	TRT3	TRT13	TRT9
225,35%	188,83%	133,81%	129,75%	124,15%	119,88%	104,56%	98,09%	81,84%	81,30%	79,43%	77,31%	76,68%
TRT10	TRT6	TRT12	TRT21	TRT24	TRT20	TRT18	TRT8	TRT23	TRT22	TRT15		
68,27%	65,05%	63,93%	63,91%	56,49%	56,18%	55,70%	52,78%	52,70%	45,93%	41,96%		

META 14 DE 2013

Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT18	TRT3	TRT22	TRT14	TRT4	TRT5	TRT24	TRT9	TRT16	TRT19	TRT12	TRT15	TRT11
111,65%	107,07%	107,01%	102,51%	102,29%	102,26%	102,15%	100,39%	100,34%	100,32%	99,49%	96,27%	94,79%
TRT2	TRT7	TRT8	TRT17	TRT21	TRT10	TRT1	TRT20	TRT6	TRT23	TRT13	TST	
94,37%	89,47%	89,25%	87,80%	85,53%	85,07%	84,48%	84,35%	81,18%	72,38%	63,58%	52,82%	

META 15 DE 2013

Desenvolvimento do sistema de gestão eletrônica de processos, documentos, arquivos e informação (fase 3) –
prontificar a modelagem de processos de negócio atuais.

JMU
25,00%

META 16 DE 2013

Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	STM	TSE
100,00%	94,12%	70,59%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAM	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMS	TJMT	TJPE	TJRN	TJSE	TJAC	TJAP
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,12%	94,12%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-DF	TRE-PR	TRE-RO	TRE-RS	TRE-SP	TRE-TO	TRE-PI	TRE-BA	TRE-PA	TRE-PE	TRE-SC	TRE-SE	TRE-AP
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,12%	88,24%	88,24%	88,24%	88,24%	88,24%	82,35%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT2	TRT9	TRT13	TRT14	TRT22	TRT23	TRT6	TRT10	TRT18	TRT1	TRT3	TRT15	TRT19
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	94,12%	94,12%	94,12%	88,24%	88,24%	88,24%	82,35%

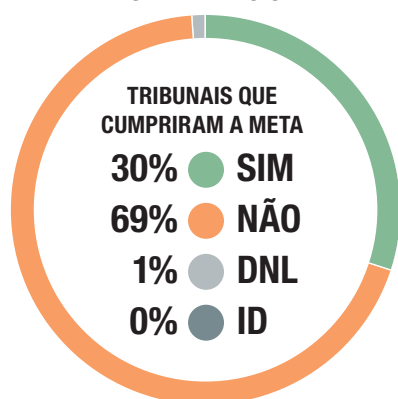
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF3	TRF4	TRF5	TRF2
100,00%	100,00%	94,12%	82,35%	70,59%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

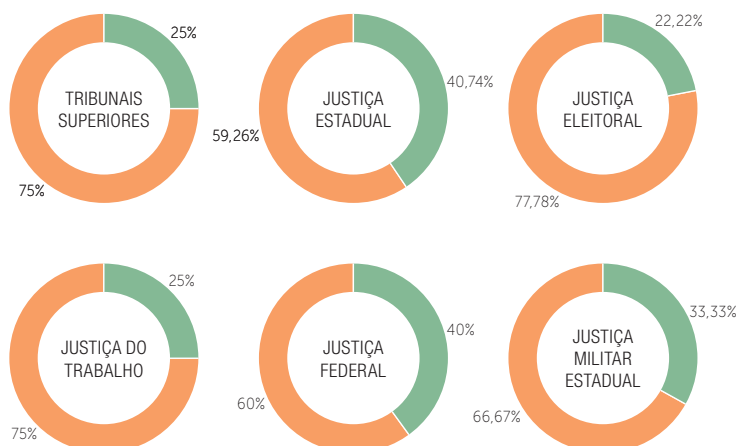
TJMRS	TJMMG	TJMSP
100,00%	94,12%	70,59%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJRO	TJRR	TJSP	TJPA	TJPR	TJRJ	TJSC	TJMG	TJTO	TJBA	TJPI	TJRS	TJAL	TJPB
94,12%	94,12%	94,12%	88,24%	88,24%	88,24%	88,24%	82,35%	82,35%	76,47%	76,47%	70,59%	58,82%	52,94%
TRE-CE	TRE-MT	TRE-RR	TRE-AC	TRE-PB	TRE-RJ	TRE-AM	TRE-MG	TRE-ES	TRE-GO	TRE-RN	TRE-MA	TRE-AL	TRE-MS
82,35%	82,35%	82,35%	76,47%	76,47%	76,47%	70,59%	70,59%	64,71%	64,71%	58,82%	52,94%	47,06%	35,29%
TRT20	TRT21	TRT24	TRT11	TRT17	TRT5	TRT7	TRT8	TRT4	TRT12	TRT16			
82,35%	82,35%	82,35%	76,47%	76,47%	70,59%	70,59%	70,59%	64,71%	64,71%	64,71%			

META 17 DE 2013

Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	STM	TSE
100,00%	100,00%	76,92%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAM	TJBA	TJCE	TJGO	TJMS	TJPE	TJRN	TJRO	TJRR	TJTO	TJAL	TJDF
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	92,31%	92,31%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-DF	TRE-MA	TRE-PR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-TO	TRE-PE	TRE-PI	TRE-RJ	TRE-AL	TRE-BA	TRE-CE	TRE-MG
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	92,31%	92,31%	92,31%	84,62%	84,62%	84,62%	84,62%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT3	TRT9	TRT13	TRT14	TRT16	TRT18	TRT20	TRT22	TRT23	TRT12	TRT15	TRT2	TRT5
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	92,31%	92,31%	92,31%	84,62%

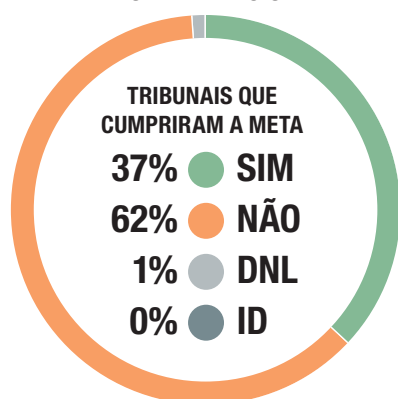
JUSTIÇA FEDERAL

TRF2	TRF3	TRF5	TRF4	TRF1
100,00%	100,00%	100,00%	84,62%	69,23%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

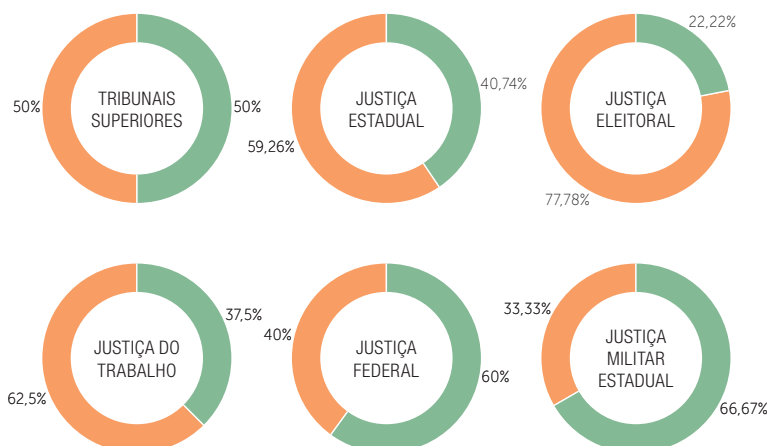
TJMSP	TJMRS	TJMMG
100,00%	100,00%	69,23%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJMA	TJSE	TJMG	TJPA	TJAP	TJPI	TJMT	TJRJ	TJSC	TJPR	TJRS	TJES	TJPB	TJSP
92,31%	92,31%	92,31%	92,31%	84,62%	76,92%	69,23%	69,23%	69,23%	61,54%	61,54%	61,54%	46,15%	46,15%
TRE-MT	TRE-SE	TRE-ES	TRE-PA	TRE-RN	TRE-AM	TRE-GO	TRE-MS	TRE-PB	TRE-RO	TRE-RR	TRE-AC	TRE-SP	TRE-AP
84,62%	84,62%	76,92%	76,92%	76,92%	69,23%	69,23%	69,23%	69,23%	69,23%	69,23%	53,85%	53,85%	46,15%
TRT6	TRT8	TRT1	TRT4	TRT11	TRT21	TRT24	TRT10	TRT17	TRT7	TRT19			
84,62%	76,92%	76,92%	76,92%	76,92%	76,92%	69,23%	69,23%	69,23%	61,54%	61,54%			

META 18 DE 2013

Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM
68,19%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAP	TJAC	TJSE	TJRJ	TJDFT	TJRO	TJMS	TJAL	TJRR	TJSC	TJMA	TJRS	TJSP
95,02%	81,17%	78,92%	75,28%	72,99%	72,47%	71,07%	65,19%	62,47%	58,84%	58,00%	57,74%	56,72%

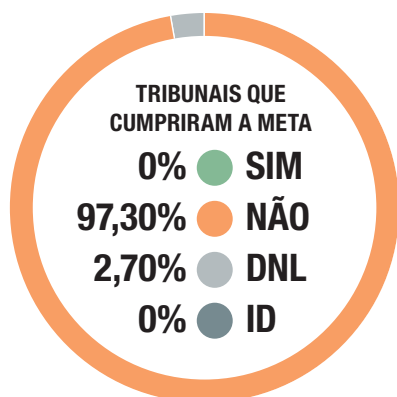
JUSTIÇA FEDERAL

TRF3	TRF4	TRF5	TRF2	TRF1
88,59%	80,39%	79,48%	68,42%	38,64%

JUSITÇA MILITAR ESTADUAL

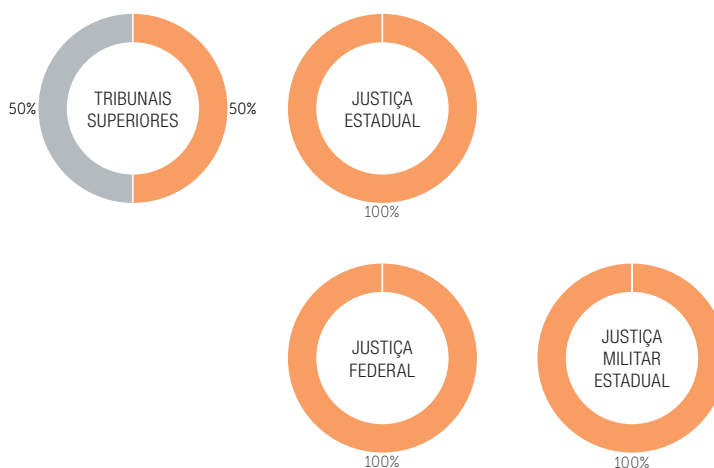
TJMSP	TJMRS	TJMMG
99,05%	98,39%	90,91%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJRN	TJCE	TJGO	TJTO	TJES	TJPB	TJPR	TJPE	TJMG	TJMT	TJPA	TJAM	TJPI	TJBA
55,85%	55,82%	54,57%	51,07%	50,07%	47,39%	44,93%	44,41%	42,39%	41,10%	35,15%	25,88%	12,68%	11,44%



META 19 DE 2013

Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar Estaduais os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais e Conselhos de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI.

O Termo de Cooperação Técnica CNJ n. 008/2014 será submetidos aos tribunais envolvidos (estadual, militar estadual, federal, STJ, e eleitorais) para assinatura de termos de adesão.

METAS 2012

META 2 DE 2012

Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, de 2008 a 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STM	TST	STJ	TSE
142,39%	124,26%	124,07%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAP	TJPI	TJMS	TJRO	TJDF	TJMA	TJRJ	TJPA	TJSE	TJSC	TJGO	TJPB
111,11%	111,11%	111,11%	111,10%	111,10%	111,04%	111,04%	111,01%	110,95%	110,90%	110,89%	110,88%	110,85%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-MS	TRE-PR	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-AL	TRE-AC	TRE-PI	TRE-RR	TRE-PB	TRE-DF	TRE-RJ	TRE-AP
111,34%	111,11%	111,11%	111,08%	111,04%	111,01%	111,00%	110,99%	110,96%	110,93%	110,89%	110,85%	110,72%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT8	TRT14	TRT22	TRT10	TRT21	TRT23	TRT12	TRT19	TRT20	TRT24	TRT6	TRT5	TRT17
125,00%	125,00%	125,00%	124,99%	124,99%	124,98%	124,97%	124,96%	124,96%	124,96%	124,93%	124,90%	124,85%

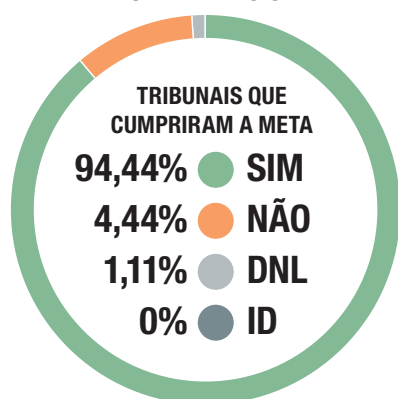
JUSTIÇA FEDERAL

TRF4	TRF2	TRF3	TRF5	TRF1
199,88%	198,91%	193,61%	192,44%	184,96%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

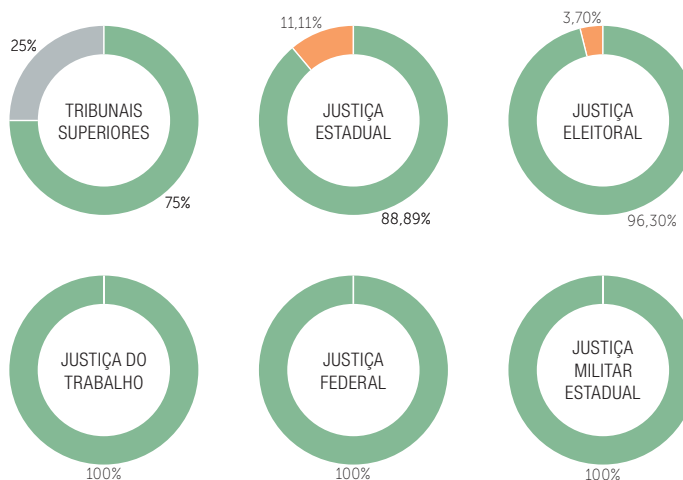
TJMSP	TJMMG	TJMRS
110,64%	109,43%	109,27%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJTO	TJMT	TJRR	TJPR	TJMG	TJPE	TJES	TJSP	TJAM	TJAL	TJRN	TJCE	TJRS	TJBA
110,46%	110,36%	110,14%	109,11%	108,41%	108,34%	107,83%	104,81%	104,38%	103,01%	101,56%	98,68%	91,42%	86,49%
TRE-RN	TRE-CE	TRE-AM	TRE-GO	TRE-ES	TRE-RS	TRE-RO	TRE-BA	TRE-MG	TRE-MA	TRE-MT	TRE-PE	TRE-TO	TRE-PA
110,62%	110,59%	109,47%	109,44%	109,33%	109,10%	109,06%	107,96%	106,85%	106,05%	103,03%	102,97%	100,79%	97,47%
TRT9	TRT4	TRT11	TRT18	TRT15	TRT3	TRT13	TRT16	TRT2	TRT1	TRT7			
124,84%	124,75%	124,73%	124,64%	124,53%	124,49%	124,37%	124,20%	124,18%	123,59%	117,97%			

META 3 DE 2012

Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de Justiça.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	STM	TSE
SIM	SIM	NÃO	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT13	TRT14	TRT15
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

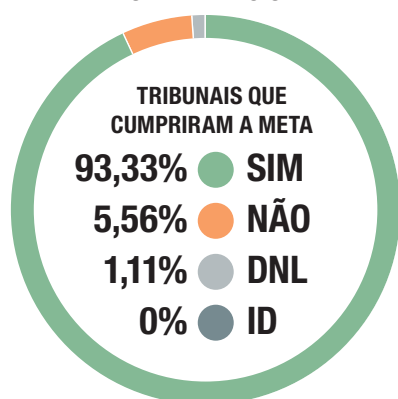
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

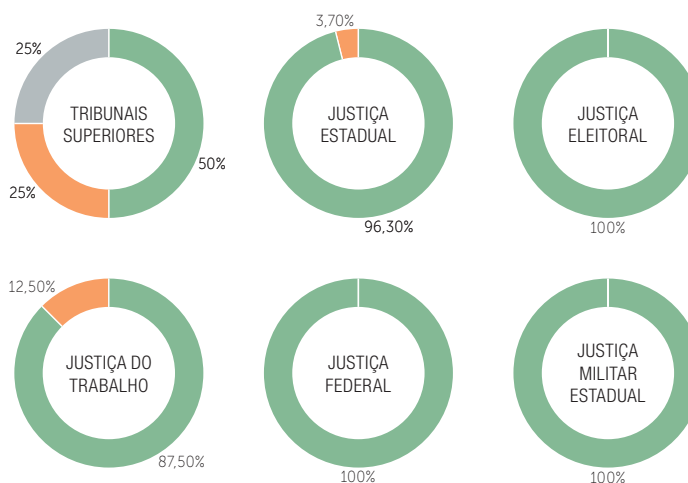
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJTO	TJSP
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24	TRT2	TRT12	TRT16			
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO			

META 4 DE 2012

Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	STM	TSE
SIM	SIM	SIM	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

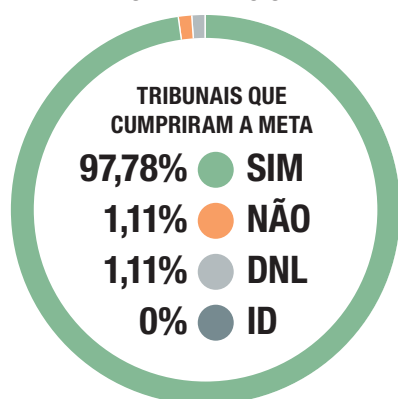
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

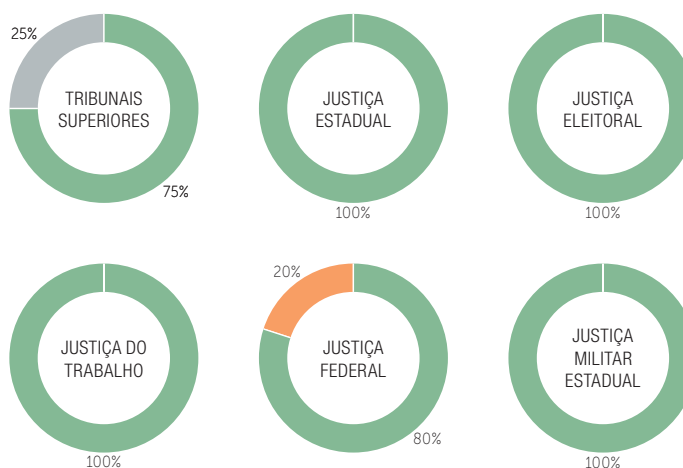
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

META 5 DE 2012

Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ TST

SIM SIM

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC TJAL TJAM TJAP TJBA TJCE TJDF TJES TJGO TJMA TJMG TJMS TJMT

SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1 TRT2 TRT3 TRT4 TRT5 TRT6 TRT7 TRT8 TRT9 TRT10 TRT11 TRT12 TRT13

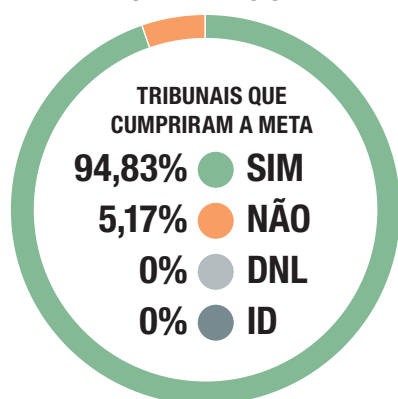
SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM SIM

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1 TRF2 TRF4 TRF5 TRF3

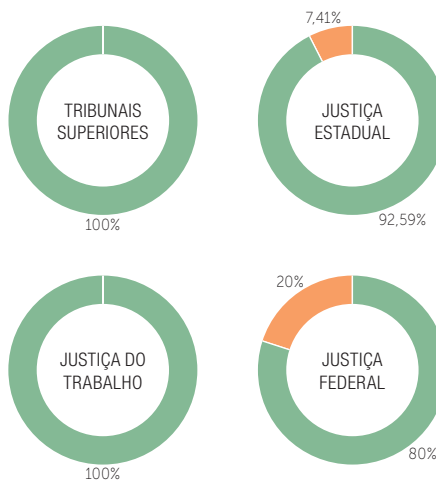
SIM SIM SIM SIM NÃO

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



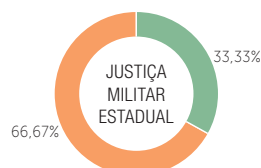
TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSE	TJTO	TJSC	TJSP
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO

TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

META 6 DE 2012

Implantar sistema de videoconferência em, pelo menos, uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMSP	TJMMG	TJMRS
SIM	NÃO	NÃO

META 8 DE 2012

Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

META 9 DE 2012

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META

- SIM
- NÃO
- DNL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%	100,00%	100,00%

META 19 DE 2012

Desenvolver normas e políticas de gestão documental para a Justiça Militar da União.

TRIBUNAIS QUE CUMPRIRAM A META

- SIM
- NÃO
- DNL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

STM
SIM

METAS 2011

META 1 DE 2011

Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM	TST	TSE
SIM	SIM	SIM	NÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMS	TJMT	TJPA	TJPB
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT	TRE-PA
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

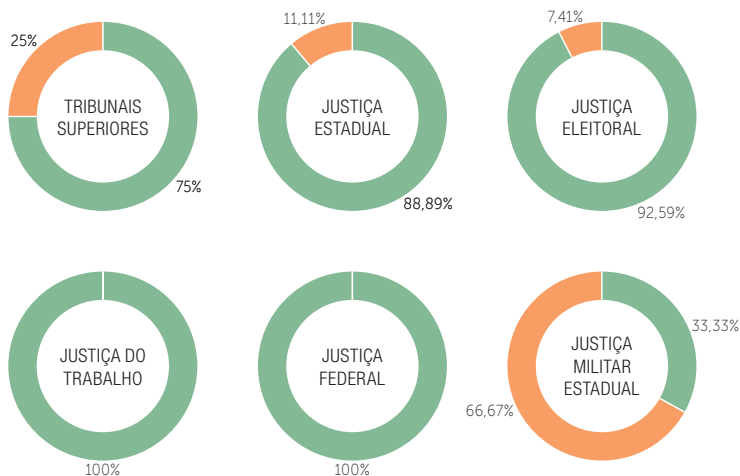
TJMSP	TJMRS	TJMMG
SIM	NÃO	NÃO

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPE	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO	TJMA	TJMG	TJPI
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-TO	TRE-DF	TRE-SP
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM			

META 2 DE 2011

Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.

TRIBUNAIS SUPERIORES

JMU

NÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMS	TJMT	TJPA
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT9	TRT11	TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT17
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

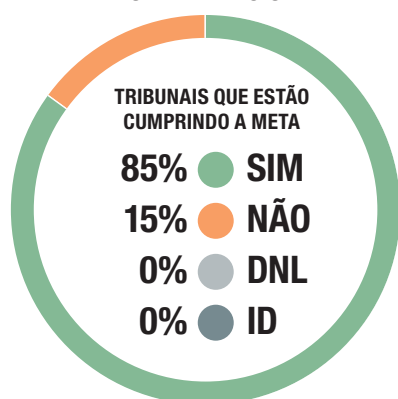
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

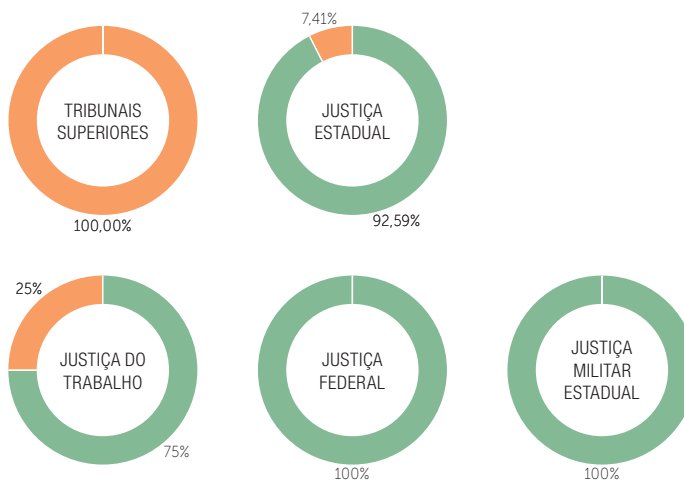
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJTO	TJMG	TJSP
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO

TRT18	TRT20	TRT22	TRT23	TRT24	TRT7	TRT8	TRT10	TRT12	TRT19	TRT21
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

META 4 DE 2011

Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	STM	TSE
SIM	SIM	SIM	NÃO

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJAP	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-RJ	TRE-SP	TRE-MG	TRE-AC	TRE-AL	TRE-AP	TRE-AM	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

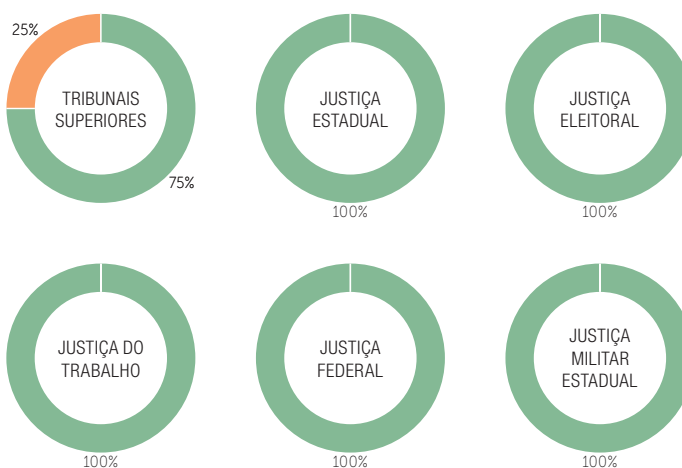
TJMMG	TJMRS	TJMSP
SIM	SIM	SIM

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJSP	TJTO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRE-MT	TRE-MS	TRE-PA	TRE-PB	TRE-PR	TRE-PE	TRE-PI	TRE-RN	TRE-RS	TRE-RO	TRE-RR	TRE-SC	TRE-SE	TRE-TO
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM			

META 5 DE 2011

Criar um núcleo de apoio de execução.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



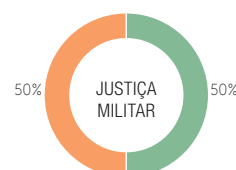
DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT7	TRT8	TRT9	TRT11	TRT12	TRT13	TRT14
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24	TRT6	TRT10
SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO

META 8 DE 2011

Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TJMRS	TJMSP	STM	TJMMG
111,11%	200%	0,00%	0,00%

METAS 2010

META 2 DE 2010

Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

TRIBUNAIS SUPERIORES

TST	JMU	STJ	TSE
100,00%	95,12%	94,96%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAM	TJGO	TJAP	TJRN	TJMS	TJRR	TJDF	TJAC	TJMA	TJSC	TJRO	TJRS	TJES
100,00%	100,00%	95,97%	94,90%	94,15%	93,72%	93,48%	91,59%	90,99%	90,16%	89,42%	88,12%	87,85%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AP	TRE-DF	TRE-ES	TRE-MG	TRE-MS	TRE-PE	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT3	TRT6	TRT8	TRT11	TRT13	TRT14	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

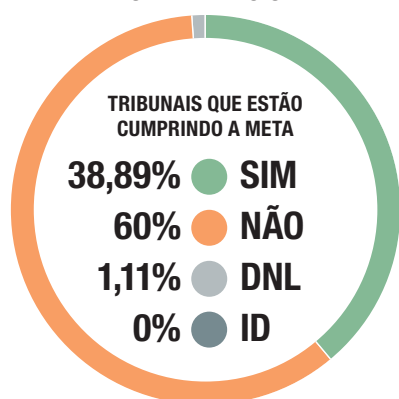
JUSTIÇA FEDERAL

TRF5	TRF4	TRF2	TRF1	TRF3
99,40%	97,67%	95,01%	94,91%	92,14%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

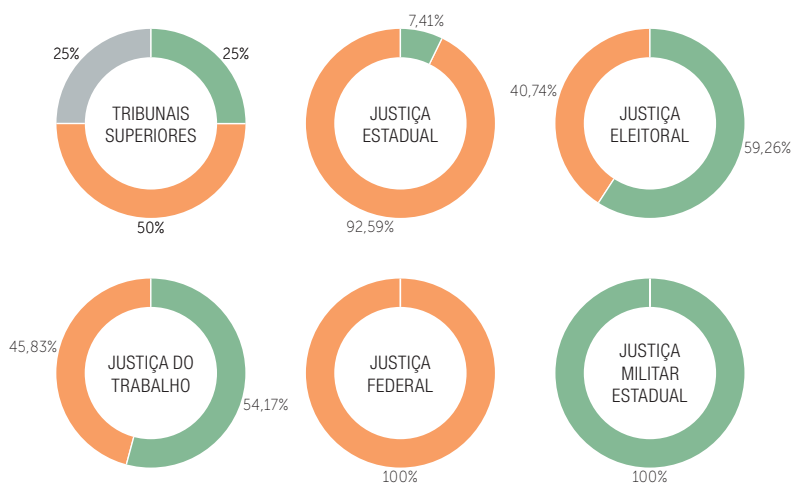
TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%	100,00%	100,00%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPE	TJTO	TJAL	TJRJ	TJPA	TJPB	TJMT	TJSE	TJCE	TJPR	TJSP	TJMG	TJBA	TJPI
84,72%	81,76%	80,93%	79,30%	77,85%	74,57%	69,67%	69,31%	66,86%	66,61%	65,79%	65,25%	57,83%	14,80%
TRE-RS	TRE-SE	TRE-SP	TRE-BA	TRE-SC	TRE-CE	TRE-MA	TRE-MT	TRE-PB	TRE-TO	TRE-AM	TRE-PA	TRE-PI	TRE-GO
100,00%	100,00%	100,00%	98,60%	97,50%	96,83%	95,65%	94,43%	94,04%	93,33%	88,28%	80,47%	72,17%	53,08%
TRT2	TRT5	TRT17	TRT15	TRT4	TRT9	TRT12	TRT1	TRT7	TRT16	TRT10			
99,52%	99,46%	99,33%	98,81%	98,42%	97,12%	96,59%	96,54%	94,50%	92,42%	70,79%			

META 3 DE 2010 – NÃO FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

TRIBUNAIS SUPERIORES

TST	STJ	TSE
100%	0,00%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJMS	TJGO	TJRN	TJMA	TJSP	TJPR	TJAM	TJRR	TJMG	TJPA	TJDF	TJSE	TJRS
998,50%	619,50%	617,40%	413,40%	363,60%	285,70%	281,80%	261,80%	184,40%	158,20%	146,20%	145,00%	132,40%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-MG	TRE-MS	TRE-PA	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

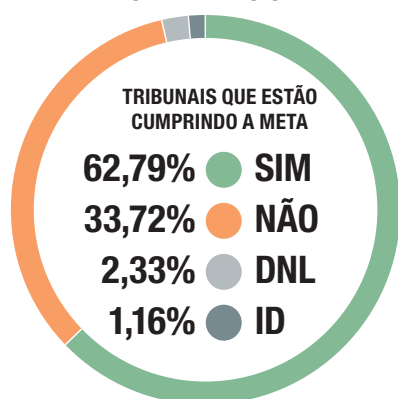
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT13	TRT12	TRT23	TRT2	TRT16	TRT8	TRT15	TRT5	TRT18	TRT24	TRT17	TRT1	TRT14
413,28%	231,90%	220,80%	218,60%	216,90%	169,20%	155,20%	146,20%	145,80%	145,00%	139,90%	129,20%	114,20%

JUSTIÇA FEDERAL

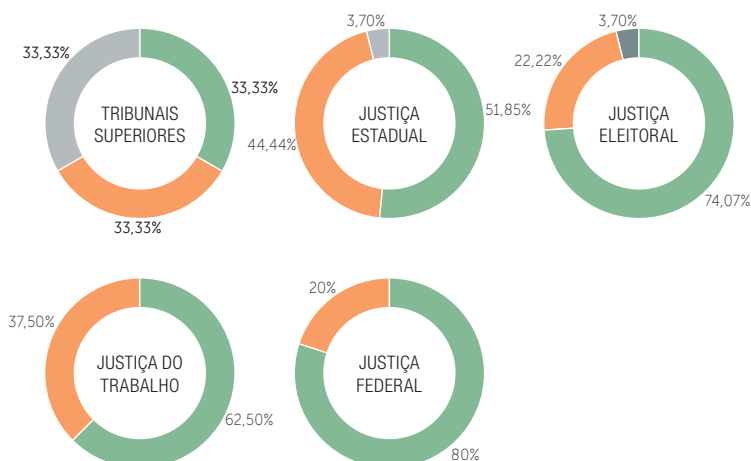
TRF1	TRF5	TRF3	TRF2	TRF4
974,40%	898,60%	631,40%	378,70%	61,30%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJCE	TJAP	TJAC	TJMT	TJSC	TJBA	TJRJ	TJES	TJTO	TJAL	TJPI	TJPE	TJRO	TJPB
85,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	DNL
TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO	TRE-AM	TRE-DF	TRE-ES	TRE-MA	TRE-MT	TRE-PB	TRE-GO
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	ID
TRT20	TRT4	TRT21	TRT22	TRT11	TRT10	TRT6	TRT9	TRT19	TRT7	TRT3			
103.70%	101.80%	94.20%	74.50%	24.30%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%			

META 3 DE 2010 – FISCAL

Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009).

JUSTIÇA ESTADUAL

TJMT	TJSE	TJAP	TJRR	TJCE	TJMA	TJAL	TJDFT	TJGO	TJRS	TJES	TJAM	TJPR
496,58%	324,77%	304,13%	251,98%	189,50%	180,87%	167,04%	161,89%	148,66%	133,47%	131,98%	130,81%	112,24%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-RR	TRE-RN	TRE-MS	TRE-AC	TRE-MG	TRE-BA	TRE-DF	TRE-PI	TRE-RS	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-CE
416,67%	200,00%	150,00%	121,05%	115,69%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

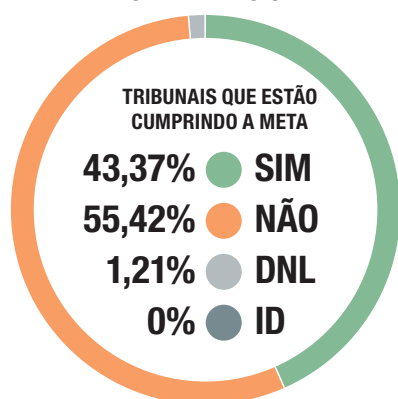
JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT7	TRT4	TRT20	TRT24	TRT9	TRT21	TRT11	TRT1	TRT17	TRT6	TRT5	TRT12	TRT18
498,11%	312,24%	197,36%	197,34%	150,33%	144,22%	120,84%	114,39%	110,93%	106,41%	104,89%	99,71%	97,95%

JUSTIÇA FEDERAL

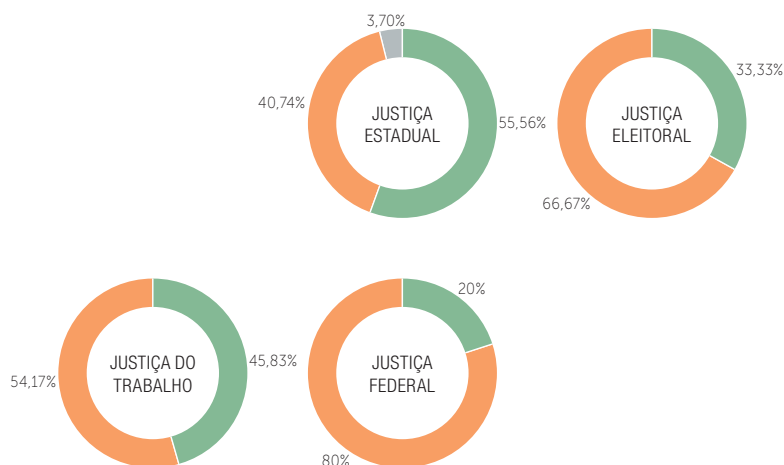
TRF5	TRF1	TRF2	TRF4	TRF3
102,75%	85,43%	43,53%	8,21%	0,00%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJMS	TJMG	TJRN	TJPA	TJPE	TJAC	TJSC	TJPI	TJSP	TJRO	TJRJ	TJTO	TJBA
112,14%	105,10%	98,91%	91,44%	70,94%	43,89%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MT	TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RO	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP
0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TRT14	TRT22	TRT13	TRT10	TRT15	TRT23	TRT19	TRT3	TRT2	TRT16	TRT8		
97.40%	29.79%	29.70%	26.22%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%		

META 4 DE 2010

Lavar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	STM	TSE	TST
89,68%	60,17%	DNL	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJRS	TJCE	TJDF	TJAC	TJAM	TJRN	TJRO	TJRR	TJPE	TJTO	TJMG	TJSC	TJGO
110,89%**	110,80%**	109,24%***	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	106,08%	105,72%	104,18%	101,16%	100,70%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-MA	TRE-PB	TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-GO	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT	TRE-PA
105,14%**	103,31%**	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT3	TRT5	TRT8	TRT7	TRT11	TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT18	TRT20	TRT21	TRT22
110,02%**	110,01%**	107,29%**	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*

JUSTIÇA FEDERAL

TRF4	TRF5	TRF3	TRF2	TRF1
110,68%	110,04%	105,97%	99,20%	DNL

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

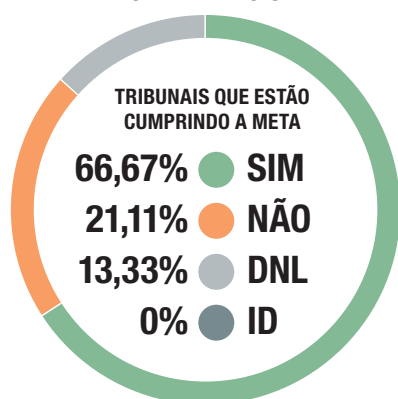
TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%*	100,00%*	100,00%*

* Meta cumprida utilizando a fórmula antiga.

** Meta cumprida utilizando a nova fórmula (90%).

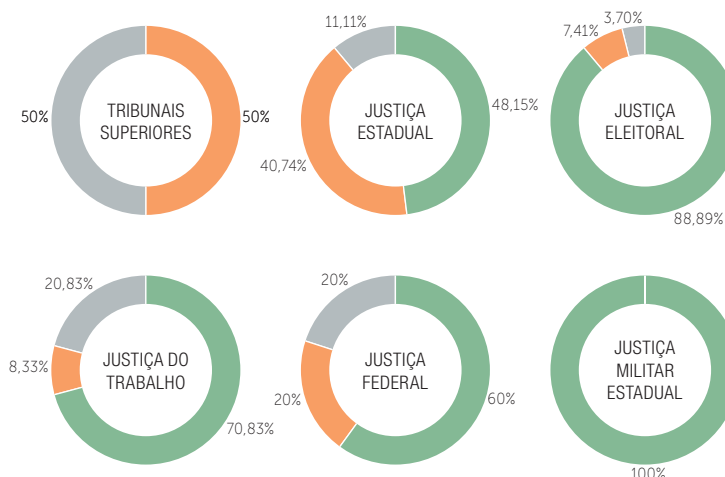
*** Meta cumprida em JAN/2013.

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJAL	TJMT	TJES	TJPI	TJBA	TJSP	TJMA	TJMS	TJPA	TJRJ	TJPR	TJAP	TJPB	TJSE
96,73%	89,38%	89,19%	86,71%	85,79%	85,28%	83,45%	77,62%	72,11%	46,67%	30,41%	DNL	DNL	DNL
TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RO	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO	TRE-AP	TRE-RN	TRE-ES	TRE-RR
100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	111,11%	98,50%	67,75%	DNL
TRT23	TRT24	TRT4	TRT1	TRT6	TRT19	TRT2	TRT9	TRT10	TRT12	TRT17			
100,00%*	100,00%*	108,15%	101,90%	72,13%	35,41%	DNL	DNL	DNL	DNL	DNL			

META 5 DE 2010

Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

JMU

0,00%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJMS	TJRO	TJRR	TJSE	TJTO	TJMT	TJCE	TJPR	TJES	TJRS	TJBA	TJGO	TJRN
200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	184,42%	170,15%	167,83%	162,24%	153,02%	152,81%	149,94%	147,13%	132,73%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT7	TRT15	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT17	TRT22	TRT14	TRT19	TRT9	TRT23
207,41%	200,98%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	193,75%	189,47%	183,72%	146,15%

JUSTIÇA FEDERAL

TRF4	TRF1	TRF3	TRF5	TRF2
200,00%	145,18%	138,03%	103,37%	100,00%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

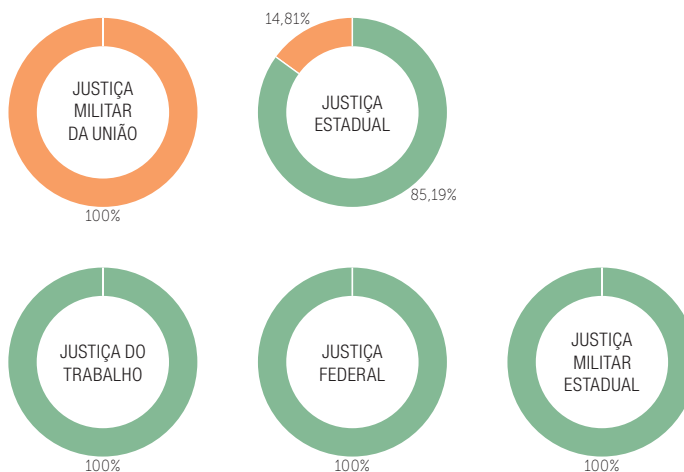
TJMMG	TJMRS	TJMSP
200,00%	200,00%	200,00%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPA	TJMA	TJPI	TJAM	TJAL	TJAC	TJRJ	TJPE	TJDFT	TJSC	TJMG	TJSP	TJPB	TJAP
127,84%	127,12%	125,30%	121,95%	121,05%	113,73%	113,27%	108,47%	104,09%	101,01%	100,00%	33,22%	1,83%	0,00%

TRT12	TRT21	TRT10	TRT16	TRT24	TRT8	TRT18	TRT1	TRT13	TRT11	TRT20
144,44%	144,44%	143,75%	133,33%	123,08%	111,11%	105,56%	103,76%	103,70%	100,00%	100,00%

META 7 DE 2010

Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência.

TRIBUNAIS SUPERIORES

STJ	TST	STM	TSE
100,00%	100,00%	0,00%	0,00%

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAL	TJAM	TJBA	TJCE	TJDFT	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT	TJPA
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AM	TRE-AP	TRE-BA	TRE-CE	TRE-DF	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

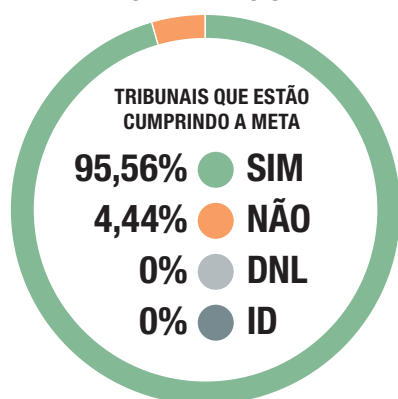
JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF3	TRF4	TRF5
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

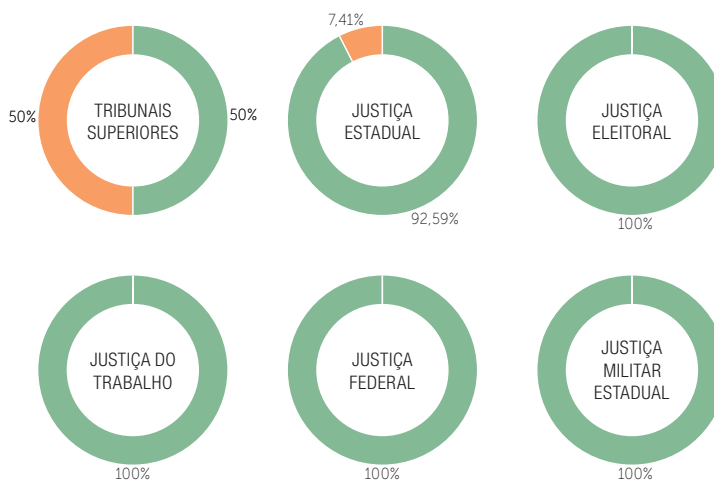
TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%	100,00%	100,00%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJPB	TJPE	TJPI	TJPR	TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJTO	TJSP	TJAP
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	50,00%	0,00%
TRE-PA	TRE-PB	TRE-PE	TRE-PI	TRE-PR	TRE-RJ	TRE-RN	TRE-RO	TRE-RR	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24			
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%			

META 8 DE 2010

Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância.

TRIBUNAIS SUPERIORES

JMU	TST
100,00%	DNL

JUSTIÇA ESTADUAL

TJAC	TJAM	TJBA	TJCE	TJDF	TJES	TJGO	TJMA	TJMG	TJMS	TJMT	TJPE	TJPI
100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT11	TRT12	TRT13	TRT14	TRT15
100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*

JUSTIÇA FEDERAL

TRF1	TRF2	TRF4	TRF5	TRF3
100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*

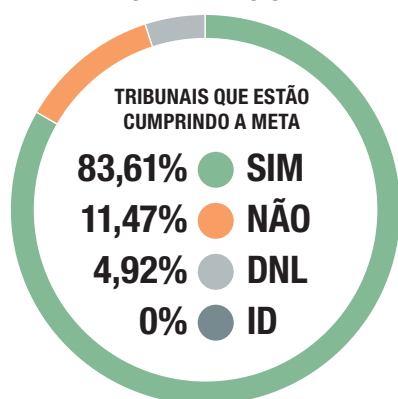
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%*	100,00%*	100,00%*

* Tribunais que cumpriram a meta com base na fórmula vigente até a versão 9 do glossário de 2012.

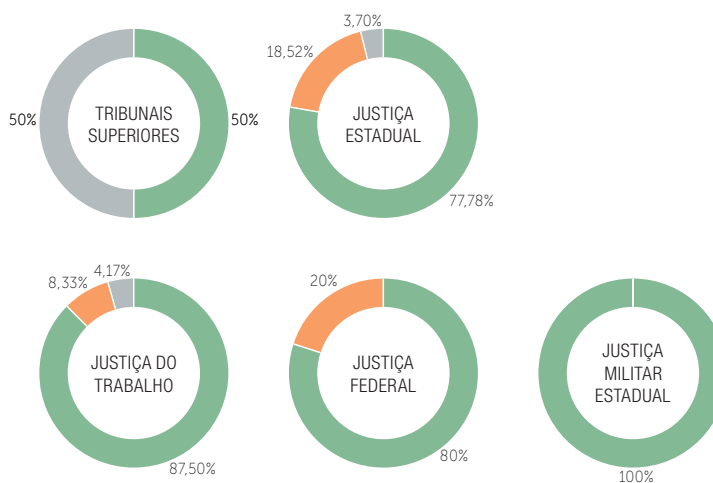
** Tribunais que cumpriram a meta com base na fórmula vigente a partir da versão 10 do glossário de 2012.

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJRJ	TJRN	TJRO	TJRR	TJRS	TJSC	TJSE	TJTO	TJSP	TJPB	TJPA	TJPR	TJAL	TJAP
100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	88,05%	62,84%	62,09%	51,64%	0,00%	DNL
TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT22	TRT23	TRT24	TRT1	TRT21	TRT10			
100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	100,00%*	69,15%	8,51%	DNL			

METAS 2009

META 2 DE 2009

Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).

TRIBUNAIS SUPERIORES

TSE	STJ	STM	TST
99,17%	96,40%	62,50%	ID

JUSTIÇA ESTADUAL

TJRJ	TJAP	TJMS	TJMG	TJGO	TJRS	TJDFT	TJPE	TJRR	TJAM	TJTO	TJSC	TJMT
97,10%	96,69%	96,46%	96,12%	95,15%	95,14%	94,52%	93,80%	93,39%	93,17%	92,28%	90,83%	88,93%

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE-AC	TRE-AL	TRE-AP	TRE-CE	TRE-ES	TRE-GO	TRE-MA	TRE-MG	TRE-MS	TRE-MT	TRE-PE	TRE-PR	TRE-RJ
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT8	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT17
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

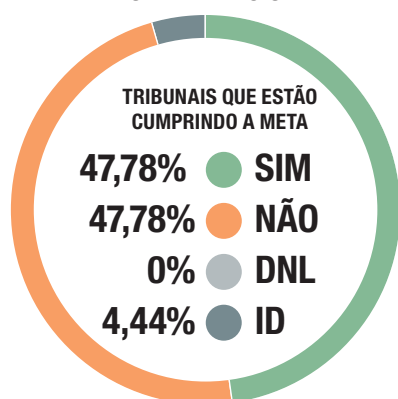
JUSTIÇA FEDERAL

TRF4	TRF5	TRF2	TRF3	TRF1
98,85%	98,77%	97,76%	96,67%	ID

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

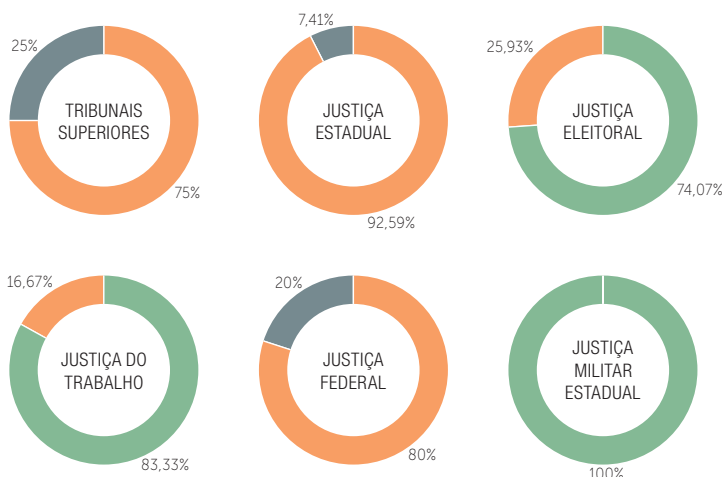
TJMMG	TJMRS	TJMSP
100,00%	100,00%	100,00%

PANORAMA NACIONAL



DNL – Dados não lançados / ID – Inconsistência nos dados

TRIBUNAIS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META



TJAL	TJPA	TJES	TJMA	TJPR	TJSE	TJPB	TJRN	TJCE	TJSP	TJBA	TJPI	TJAC	TJRO
86,77%	84,90%	84,36%	84,02%	83,51%	82,70%	81,46%	80,39%	76,01%	70,00%	62,36%	60,73%	ID	ID
TRE-RN	TRE-RO	TRE-RS	TRE-SC	TRE-SE	TRE-SP	TRE-TO	TRE-PA	TRE-PB	TRE-BA	TRE-DF	TRE-AM	TRE-RR	TRE-PI
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,62%	98,98%	97,31%	94,12%	93,37%	92,31%	90,99%
TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	TRT23	TRT24	TRT7	TRT2	TRT1	TRT9			
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,77%	99,40%	99,03%	97,58%			

RELATÓRIOS DETALHADOS

METAS DE 2009

Meta 2 de 2009 Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em primeiro e segundo grau ou tribunais superiores). 

METAS DE 2010

Meta 2 de 2010 Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em primeiro e segundo grau e tribunais superiores) até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31/12/2007. 

Meta 3 de 2010 Fiscal Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009). 

Meta 3 de 2010 Não Fiscal Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31/12/2009). 

Meta 4 de 2010 Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento. 

Meta 5 de 2010 Implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de primeiro grau. 

Meta 7 de 2010 Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal, em especial a quantidade de julgamentos com e sem resolução de mérito e homologatórios de acordos, subdivididos por competência. 

Meta 8 de 2010 Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, priorizando-se o ensino à distância. 

METAS DE 2011

Meta 1 de 2011 Criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica. 

Meta 2 de 2011 Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal. 

Meta 4 de 2011 Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. 

Meta 5 de 2011 Criar um núcleo de apoio de execução. 

Meta 8 de 2011 Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico. 

METAS DE 2012

Meta 2 de 2012 – Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

- **Meta 2 de 2012 Eleitoral** 
- **Meta 2 de 2012 Estadual** 
- **Meta 2 de 2012 Federal** 
- **Meta 2 de 2012 Militar Estadual** 
- **Meta 2 de 2012 Militar da União** 

- **Meta 2 de 2012 STJ** 
- **Meta 2 de 2012 Trabalho** 
- **Meta 2 de 2012 TSE** 
- **Meta 2 de 2012 TST** 

Meta 3 de 2012 Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça. 

Meta 4 de 2012 Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação. 

Meta 5 de 2012 Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento. 

Meta 6 de 2012 Implantar sistema de videoconferência em, pelo menos, uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça. 

Meta 8 de 2012 Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas. 

Meta 9 de 2012 Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de primeiro grau. 

Meta 19 de 2012 Desenvolver normas e política de gestão documental para a Justiça Militar da União. 

METAS DE 2013

Meta 1 de 2013 Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013. 

Meta 2 de 2013 Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, no STJ; 70%, em 2010 e 2011, na Justiça Militar da União; 50%, em 2008, na Justiça Federal; 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho; 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral; 90%, em 2011, na Justiça Militar dos Estados; e 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º grau da Justiça Estadual.

- **Meta 2 de 2013 – Eleitoral** 
- **Meta 2 de 2013 – Estadual** 
- **Meta 2 de 2013 – Federal** 
- **Meta 2 de 2013 – Militar Estadual** 
- **Meta 2 de 2013 – Militar da União** 
- **Meta 2 de 2013 – STJ** 
- **Meta 2 de 2013 – Trabalho** 
- **Meta 2 de 2013 – TSE** 
- **Meta 2 de 2013 – TST** 

Meta 3 de 2013 Julgar 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais, e dos processos de natureza especial em até 120 dias. 

Meta 4 de 2013 Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias. 

Meta 5 de 2013 Designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012. 

Meta 6 de 2013 Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das Turmas Recursais. 

Meta 7 de 2013 Modelar pelo menos 5 processos de trabalho das unidades judiciárias de primeiro grau da Justiça Eleitoral. 

Meta 8 de 2013 Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do segundo grau da Justiça Eleitoral. 

Meta 9 de 2013 Implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas. 📄

Meta 10 de 2013 Realizar a adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de primeiro e segundo grau. 📄

Meta 11 de 2013 Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores, na utilização do Processo Judicial Eletrônico e em gestão estratégica. 📄

Meta 12 de 2013 Implantar o Processo Judicial Eletrônico em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada Tribunal. 📄

Meta 13 de 2013 Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011. 📄

Meta 14 de 2013 Executar, até setembro de 2013, pelo menos 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal. 📄

Meta 15 de 2013 Desenvolver o sistema de gestão eletrônica de processos, documentos, arquivos e informação (fase 3) – prontificar a modelagem de processos de negócio atuais. 📄

Meta 16 de 2013 Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal. 📄

Meta 17 de 2013 Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos. 📄

Meta 18 de 2013 Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 55,68%. 📄

Meta 19 de 2013 Realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça Estaduais, os Tribunais de Justiça Militar Estaduais, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais e Conselhos de



Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade (CNCIAI).

Obs.: O Termo de Cooperação Técnica CNJ n. 008/2014 será submetidos aos tribunais envolvidos (estadual, militar estadual, federal, STJ, e eleitorais) para assinatura de termos de adesão.



Poder Judiciário

